

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	5
Demonstração do Resultado	7
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	11
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	12
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	13
Demonstração do Valor Adicionado	14

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	15
Balanço Patrimonial Passivo	17
Demonstração do Resultado	19
Demonstração do Resultado Abrangente	21
Demonstração do Fluxo de Caixa	22

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015	24
DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014	25
DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	26
Demonstração do Valor Adicionado	27

Relatório da Administração	29
Notas Explicativas	45
Proposta de Orçamento de Capital	122

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	123
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	125

Índice

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	126
Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	127

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2015
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	344.444
Preferenciais	0
Total	344.444
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	08/04/2015	Dividendo	29/05/2015	Ordinária		0,07846

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	4.923.235	3.987.530	3.064.518
1.01	Ativo Circulante	343.622	347.900	263.186
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	127.362	109.516	185.442
1.01.03	Contas a Receber	190.629	227.103	60.227
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	190.629	227.103	60.227
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	190.629	227.103	60.227
1.01.06	Tributos a Recuperar	17.563	0	0
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	17.563	0	0
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	17.563	0	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	302	3.085	59
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	7.766	8.196	17.458
1.01.08.03	Outros	7.766	8.196	17.458
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	6.223	6.929	14.632
1.01.08.03.03	Outros Créditos	1.543	1.267	2.826
1.02	Ativo Não Circulante	4.579.613	3.639.630	2.801.332
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.955.682	1.163.021	806.660
1.02.01.03	Contas a Receber	0	47	302
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	47	302
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.941.910	1.143.779	787.826
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	1.941.910	1.143.779	787.826
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	13.772	19.195	18.532
1.02.01.09.03	Depósito Judiciais	6.266	5.113	4.806
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	7.506	14.082	13.726
1.02.02	Investimentos	2.593.198	2.458.045	1.988.918
1.02.02.01	Participações Societárias	2.593.198	2.458.045	1.988.918
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	2.593.198	2.458.045	1.988.918
1.02.03	Imobilizado	9.621	9.173	5.095
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.621	9.173	5.095
1.02.04	Intangível	21.112	9.391	659

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.02.04.01	Intangíveis	21.112	9.391	659

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	4.923.235	3.987.530	3.064.518
2.01	Passivo Circulante	1.056.079	386.209	102.648
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	14.776	12.164	11.530
2.01.01.01	Obrigações Sociais	14.776	12.164	11.530
2.01.02	Fornecedores	6.246	2.809	1.003
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	6.246	2.809	1.003
2.01.03	Obrigações Fiscais	5.975	3.886	2.709
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	859.166	230.372	60.675
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0	60.675
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	0	60.675
2.01.04.02	Debêntures	859.166	230.372	0
2.01.05	Outras Obrigações	169.916	136.978	26.731
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	132.318	107.194	201
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	132.218	107.042	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	100	152	201
2.01.05.02	Outros	37.598	29.784	26.530
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	33.270	27.028	22.183
2.01.05.02.05	Outros	4.328	2.756	4.347
2.02	Passivo Não Circulante	1.592.425	1.433.405	1.033.667
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	198.418	309.154	205.022
2.02.01.02	Debêntures	198.418	309.154	205.022
2.02.02	Outras Obrigações	1.393.785	1.124.251	828.645
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.391.395	1.124.251	828.577
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	1.391.395	1.124.251	828.577
2.02.02.02	Outros	2.390	0	68
2.02.02.02.03	Fornecedores	2.390	0	68
2.02.04	Provisões	222	0	0
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	222	0	0
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	222	0	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.03	Patrimônio Líquido	2.274.731	2.167.916	1.928.203
2.03.01	Capital Social Realizado	1.033.198	873.822	772.417
2.03.04	Reservas de Lucros	1.263.804	1.316.365	1.178.057
2.03.04.01	Reserva Legal	130.798	101.425	80.076
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.133.006	1.214.940	1.097.981
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271	-22.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	193.398	467.613	441.692
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-13.198	-12.694	-35.317
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-7.275	-3.824	-20.708
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-5.112	-6.111	-12.306
3.04.02.03	Tributárias	-811	-2.759	-2.303
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	10.489	13.089	10.853
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	196.107	467.218	466.156
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	193.398	467.613	441.692
3.06	Resultado Financeiro	-53.313	-19.102	-14.722
3.06.01	Receitas Financeiras	274.002	143.423	72.725
3.06.01.01	Receitas Financeiras	274.026	143.462	72.725
3.06.01.02	Variação Cambial Líquida	-24	-39	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-327.315	-162.525	-87.447
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-327.315	-162.525	-87.447
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	140.085	448.511	426.970
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-1.141	0
3.08.01	Corrente	0	-1.141	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	140.085	447.370	426.970
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	140.085	447.370	426.970
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,40670	1,29880	1,23960

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido do Período	140.085	447.370	426.970
4.03	Resultado Abrangente do Período	140.085	447.370	426.970

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	35.046	14.326	-44.307
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-123.173	-433.602	-476.084
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	2.124	1.802	1.269
6.01.01.02	Baixa de Ativo Permanente	1	96	129
6.01.01.03	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	70.587	31.718	-11.326
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-196.107	-467.218	-466.156
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	222	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	18.134	558	4.807
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-8.312	-4.360	-10.043
6.01.02.03	Despesas Antecipadas	2.783	-3.026	39
6.01.02.04	Impostos a Recuperar	23.455	-1.151	-5.544
6.01.02.05	Outros Créditos	-317	1.559	-2.603
6.01.02.06	Fornecedores	2.235	7.202	283
6.01.02.07	Obrigações Sociais	428	634	4.308
6.01.02.08	Obrigações Fiscais	2.089	1.177	1.188
6.01.02.09	Contas a Pagar - Sociedades Ligadas	205	-49	13.344
6.01.02.10	Outras Contas a Pagar	-3.326	-1.591	4.048
6.01.02.11	Cauções Contratuais	47	242	-98
6.01.02.12	Depósitos Judiciais	-1.153	-307	-229
6.01.02.13	Outras contas a receber	0	228	114
6.01.03	Outros	140.085	447.370	426.970
6.01.03.01	Lucro Líquido do Exercício	140.085	447.370	426.970
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	58.607	-23.625	193.113
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-2.321	-5.747	-706
6.02.02	Adições ao Intangível	-10.735	-8.962	-352
6.02.04	Adições aos Investimentos	-386.998	-444.000	-135.000
6.02.07	Recebimento de Juros sobre Capital Próprio	31.155	10.287	19.744
6.02.08	Recebimento de Dividendos	427.506	424.797	309.427
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-75.807	-66.627	25.217

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.03.01	Pagamento de Dividendos	-27.028	-202.810	-191.783
6.03.03	Empréstimos sociedades ligadas	-455.762	-160.000	-273.000
6.03.04	Outros pagamentos de Juros	0	-3.817	0
6.03.05	Emissão de debêntures	754.408	300.000	200.000
6.03.06	Captação	0	0	290.000
6.03.07	Pagamentos de debêntures - principal	-200.000	0	0
6.03.08	Pagamentos de debêntures - juros	-147.425	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	17.846	-75.926	174.023
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	109.516	185.442	11.419
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	127.362	109.516	185.442

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	873.822	0	1.316.365	0	-22.271	2.167.916
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	873.822	0	1.316.365	0	-22.271	2.167.916
5.04	Transações de Capital com os Sócios	159.376	0	-159.376	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	159.376	0	-159.376	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	106.815	0	0	106.815
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	140.085	0	140.085
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	106.815	-140.085	0	-33.270
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	7.004	-7.004	0	0
5.05.02.07	Reserva de lucro	0	0	99.811	-99.811	0	0
5.05.02.08	Dividendos propostos	0	0	0	-33.270	0	-33.270
5.07	Saldos Finais	1.033.198	0	1.263.804	0	-22.271	2.274.731

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	772.417	0	1.155.784	0	0	1.928.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	772.417	0	1.155.784	0	0	1.928.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	101.405	0	-101.405	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	101.405	0	-101.405	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	239.715	0	0	239.715
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	447.370	0	447.370
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	239.715	-447.370	0	-207.655
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	22.369	-22.369	0	0
5.05.02.07	Reserva de Lucro	0	0	318.751	-318.751	0	0
5.05.02.08	Dividendos Pagos	0	0	0	-79.221	0	-79.221
5.05.02.09	Dividendos Propostos	0	0	-101.405	-27.029	0	-128.434
5.07	Saldos Finais	873.822	0	1.294.094	0	0	2.167.916

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	679.970	0	1.015.114	0	0	1.695.084
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	679.970	0	1.015.114	0	0	1.695.084
5.04	Transações de Capital com os Sócios	92.447	0	-184.893	0	0	-92.446
5.04.01	Aumentos de Capital	92.447	0	-92.447	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-92.446	0	0	-92.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	325.565	0	0	325.565
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	426.970	0	426.970
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	325.565	-426.970	0	-101.405
5.05.02.06	Reserva legal	0	0	21.349	-21.349	0	0
5.05.02.07	Reserva de lucros	0	0	202.811	-202.811	0	0
5.05.02.08	Dividendos pagos	0	0	0	-79.222	0	-79.222
5.05.02.09	Dividendos propostos	0	0	0	-22.183	0	-22.183
5.05.02.10	Dividendo adicional proposto	0	0	101.405	-101.405	0	0
5.07	Saldos Finais	772.417	0	1.155.786	0	0	1.928.203

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.04	Retenções	-2.124	-1.802	-1.269
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.124	-1.802	-1.269
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.124	-1.802	-1.269
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	480.615	623.833	549.812
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	196.107	467.218	466.156
7.06.02	Receitas Financeiras	274.026	143.462	72.725
7.06.03	Outros	10.482	13.153	10.931
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	8.034	6.830	7.150
7.06.03.03	Outros	2.448	6.323	3.781
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	478.491	622.031	548.543
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	478.491	622.031	548.543
7.08.01	Pessoal	5.644	2.722	7.575
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.365	2.274	6.083
7.08.01.02	Benefícios	129	248	802
7.08.01.03	F.G.T.S.	150	200	690
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.765	8.213	8.607
7.08.02.01	Federais	1.762	8.188	7.831
7.08.02.02	Estaduais	3	25	703
7.08.02.03	Municipais	0	0	73
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	136.181	37.795	24.253
7.08.03.01	Juros	82.387	32.037	0
7.08.03.02	Aluguéis	24	-2	1.193
7.08.03.03	Outras	53.770	5.760	23.060
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	334.901	573.301	508.108
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	194.816	125.931	81.138
7.08.04.02	Dividendos	33.270	106.251	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	106.815	341.119	426.970

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1	Ativo Total	10.081.570	9.599.828	7.369.011
1.01	Ativo Circulante	918.364	1.818.486	1.161.458
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	488.529	1.410.451	929.911
1.01.02	Aplicações Financeiras	154.171	174.377	47.383
1.01.03	Contas a Receber	153.130	154.062	126.709
1.01.03.01	Clientes	153.130	154.062	126.709
1.01.04	Estoques	8.866	9.950	7.662
1.01.06	Tributos a Recuperar	83.846	47.482	33.691
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	83.846	47.482	0
1.01.07	Despesas Antecipadas	18.622	15.358	10.411
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	11.200	6.806	5.691
1.01.08.03	Outros	11.200	6.806	5.691
1.01.08.03.01	Dividendos a receber	6.223	0	0
1.01.08.03.03	Outros Créditos	4.977	6.806	5.691
1.02	Ativo Não Circulante	9.163.206	7.781.342	6.207.553
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	472.687	323.175	256.654
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	85.872	84.860	63.604
1.02.01.03	Contas a Receber	8.164	235	548
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.164	235	548
1.02.01.06	Tributos Diferidos	256.591	183.906	172.108
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	256.591	183.906	172.108
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	150	3	22
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	121.910	54.171	20.372
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	111.437	54.103	20.372
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	10.449	0	0
1.02.01.09.05	Outros créditos	24	68	0
1.02.02	Investimentos	1.053	1.052	1.053
1.02.02.01	Participações Societárias	1.053	1.052	1.053
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	1.053	1.052	1.053

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
1.02.03	Imobilizado	62.414	61.486	46.377
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	62.414	61.486	46.377
1.02.04	Intangível	8.627.052	7.395.629	5.903.469
1.02.04.01	Intangíveis	8.627.052	7.395.629	5.903.469

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2	Passivo Total	10.081.570	9.599.828	7.369.011
2.01	Passivo Circulante	2.687.121	1.757.816	900.491
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	78.487	76.815	79.899
2.01.01.01	Obrigações Sociais	78.487	76.815	79.899
2.01.02	Fornecedores	139.391	142.868	122.115
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	139.391	142.868	122.115
2.01.03	Obrigações Fiscais	63.663	72.748	82.679
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.961.411	1.078.249	288.482
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	234.496	198.865	142.989
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	234.496	198.865	142.989
2.01.04.02	Debêntures	1.726.915	879.384	145.493
2.01.05	Outras Obrigações	213.934	193.598	187.784
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	152	154
2.01.05.02	Outros	213.934	193.446	187.630
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	33.270	27.028	22.183
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	78.189	61.764	44.847
2.01.05.02.05	Outros	15.249	9.566	50.301
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	79.765	74.452	70.299
2.01.05.02.07	Taxa de fiscalização	3.519	2.289	0
2.01.05.02.08	Sinistros	3.942	18.347	0
2.01.06	Provisões	230.235	193.538	139.532
2.01.06.02	Outras Provisões	230.235	193.538	139.532
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	173.524	95.258	71.043
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	56.711	98.280	68.489
2.02	Passivo Não Circulante	5.149.600	5.713.235	4.588.947
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	4.424.992	4.974.256	3.836.246
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.885.688	2.716.797	2.148.990
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.885.688	2.716.797	0
2.02.01.02	Debêntures	1.539.304	2.257.459	1.687.256

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2015	Penúltimo Exercício 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 31/12/2013
2.02.02	Outras Obrigações	123.256	164.123	220.042
2.02.02.02	Outros	123.256	164.123	220.042
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	108.926	163.048	216.540
2.02.02.02.04	Receita Diferida	0	461	427
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	11.506	599	2.785
2.02.02.02.06	Fornecedores	2.824	15	290
2.02.03	Tributos Diferidos	62.870	90.294	76.326
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.870	90.294	76.326
2.02.04	Provisões	538.482	484.562	456.333
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	17.517	15.198	11.787
2.02.04.02	Outras Provisões	520.965	469.364	444.546
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	457.361	443.244	401.395
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	63.604	26.120	43.151
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.244.849	2.128.777	1.879.573
2.03.01	Capital Social Realizado	1.033.198	873.822	772.417
2.03.04	Reservas de Lucros	1.233.922	1.277.226	1.129.427
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271	-22.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	3.827.963	4.018.133	3.377.473
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-2.888.230	-2.812.470	-2.237.115
3.02.01	Custo dos Serviços Prestados	-1.333.744	-1.055.023	-978.245
3.02.02	Custo dos Serviços de Construção	-1.554.486	-1.757.447	-1.258.870
3.03	Resultado Bruto	939.733	1.205.663	1.140.358
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-206.053	-193.132	-193.335
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-213.523	-201.345	-203.149
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-192.907	-182.086	-181.818
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-20.616	-19.259	-21.331
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.839	11.968	12.960
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-2.369	-3.755	-3.146
3.04.05.01	Tributárias	-2.369	-3.755	-3.146
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	733.680	1.012.531	947.023
3.06	Resultado Financeiro	-495.145	-322.374	-277.767
3.06.01	Receitas Financeiras	164.713	127.375	61.061
3.06.01.01	Receitas Financeiras	164.738	127.375	61.061
3.06.01.02	Variação Cambial Líquida	-25	0	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-659.858	-449.749	-338.828
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-659.858	-450.073	-338.824
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	0	324	-4
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	238.535	690.157	669.256
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-89.193	-233.297	-202.916
3.08.01	Corrente	-189.306	-231.128	-230.600
3.08.02	Diferido	100.113	-2.169	27.684
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	149.342	456.860	466.340
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	149.342	456.860	466.340
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	149.342	456.860	466.340
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
3.99.01.01	ON	0,43360	1,32640	1,35390

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	149.342	456.860	466.340
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	149.342	456.860	466.340
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	149.342	456.860	466.340

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	598.035	811.425	984.270
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.206.806	902.991	692.326
6.01.01.01	Depreciações e Amortizações	524.606	344.689	285.745
6.01.01.03	Baixa de Ativo Permanente	15.411	27.774	2.368
6.01.01.04	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-100.113	2.169	-27.684
6.01.01.05	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	26.961	22.105	28.500
6.01.01.06	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-22.931	-18.236	-8.486
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	97.099	107.214	124.963
6.01.01.08	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	443.605	277.108	139.080
6.01.01.09	Despesa Financeira (valor presente)	43.167	26.754	22.815
6.01.01.10	Constituição (reversão) de Provisão p/ Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	6.199	10.343	4.655
6.01.01.11	Constituição (reversão) de Provisão p/ Manutenção	172.802	103.071	120.370
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-758.113	-548.426	-174.396
6.01.02.01	Contas a Receber	-6.997	-27.353	-15.695
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	0	0	90
6.01.02.03	Estoques	1.084	-2.288	1.216
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	-3.411	-6.862	-1.348
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-42.911	-11.472	-8.421
6.01.02.07	Outros Créditos	1.829	-1.115	-3.349
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	-4.590	-33.731	-5.663
6.01.02.10	Outras Contas a Receber	0	-18	-1
6.01.02.11	Fornecedores	49.937	-85.979	5.112
6.01.02.12	Fornecedores - Partes Relacionadas	0	-2	-13.723
6.01.02.13	Cauções Contratuais	-15.849	10.370	1.907
6.01.02.14	Obrigações Sociais	1.672	-3.084	20.195
6.01.02.15	Obrigações Fiscais	162.409	142.609	191.612
6.01.02.16	Receita Diferida	-461	34	29
6.01.02.17	Outras Contas a Pagar	17.136	53	2.861
6.01.02.18	Credores pela Concessão	23	126	-1.432

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
6.01.02.19	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-3.880	-6.932	-3.044
6.01.02.20	Outros Passivos	-914.104	-522.782	-344.742
6.01.03	Outros	149.342	456.860	466.340
6.01.03.01	Lucro Líquido do Exercício	149.342	456.860	466.340
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.750.394	-1.873.488	-1.222.664
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-15.499	-19.515	-11.632
6.02.02	Adições ao Intangível	-1.773.118	-1.721.640	-1.239.908
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-189.854	-219.135	-303.857
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	228.077	86.802	332.733
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	230.437	1.542.603	486.868
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos (captações, pagamento principal)	196.949	626.107	400.100
6.03.02	Debêntures (captação, pagamento principal)	142.532	1.190.876	345.403
6.03.03	Pagamento de Credores pela Concessão	-75.793	-71.570	-66.852
6.03.04	Pagamento de Dividendos	-33.251	-202.810	-191.783
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-921.922	480.540	248.474
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	1.410.451	929.911	681.437
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	488.529	1.410.451	929.911

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2015 à 31/12/2015**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	873.822	0	1.277.226	0	-22.271	2.128.777	0	2.128.777
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	873.822	0	1.277.226	0	-22.271	2.128.777	0	2.128.777
5.04	Transações de Capital com os Sócios	159.376	0	-159.376	0	0	0	0	0
5.04.01	Aumentos de Capital	159.376	0	-159.376	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	116.072	0	0	116.072	0	116.072
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	149.342	0	149.342	0	149.342
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	116.072	-149.342	0	-33.270	0	-33.270
5.05.02.06	Reserva legal	0	0	7.004	-7.004	0	0	0	0
5.05.02.07	Reserva de lucro	0	0	109.068	-109.068	0	0	0	0
5.05.02.08	Dividendos propostos	0	0	0	-33.270	0	-33.270	0	-33.270
5.07	Saldos Finais	1.033.198	0	1.233.922	0	-22.271	2.244.849	0	2.244.849

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 31/12/2014**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	772.417	0	1.107.155	0	0	1.879.572	0	1.879.572
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	772.417	0	1.107.155	0	0	1.879.572	0	1.879.572
5.04	Transações de Capital com os Sócios	101.405	0	-202.810	0	0	-101.405	0	-101.405
5.04.01	Aumentos de Capital	101.405	0	-101.405	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-101.405	0	0	-101.405	0	-101.405
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	350.610	0	0	350.610	0	350.610
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	456.860	0	456.860	0	456.860
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	350.610	-456.860	0	-106.250	0	-106.250
5.05.02.06	Reserva Legal	0	0	22.843	-22.843	0	0	0	0
5.05.02.07	Reserva de Lucros	0	0	327.767	-327.767	0	0	0	0
5.05.02.08	Dividendos Pagos	0	0	0	-79.222	0	-79.222	0	-79.222
5.05.02.09	Dividendos Propostos	0	0	0	-27.028	0	-27.028	0	-27.028
5.07	Saldos Finais	873.822	0	1.254.955	0	0	2.128.777	0	2.128.777

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	679.970	0	927.114	0	0	1.607.084	0	1.607.084
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	679.970	0	927.114	0	0	1.607.084	0	1.607.084
5.04	Transações de Capital com os Sócios	92.447	0	-184.893	0	0	-92.446	0	-92.446
5.04.01	Aumentos de Capital	92.447	0	-92.447	0	0	0	0	0
5.04.06	Dividendos	0	0	-92.446	0	0	-92.446	0	-92.446
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	364.935	0	0	364.935	0	364.935
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	466.340	0	466.340	0	466.340
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	364.935	-466.340	0	-101.405	0	-101.405
5.05.02.06	Reserva legal	0	0	21.349	-21.349	0	0	0	0
5.05.02.07	Reserva de lucros	0	0	242.181	-242.181	0	0	0	0
5.05.02.08	Dividendos pagos	0	0	0	-79.222	0	-79.222	0	-79.222
5.05.02.09	Dividendos propostos	0	0	0	-22.183	0	-22.183	0	-22.183
5.05.02.10	Dividendo adicional proposto	0	0	101.405	-101.405	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	772.417	0	1.107.156	0	0	1.879.573	0	1.879.573

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.01	Receitas	4.047.449	4.236.358	3.602.183
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.438.765	2.431.851	2.300.436
7.01.02	Outras Receitas	1.608.684	1.804.507	1.301.747
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	1.554.486	1.757.447	1.258.870
7.01.02.02	Outras	54.198	47.060	42.877
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.308.772	-2.451.878	-1.840.472
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-317.550	-259.792	-125.881
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-69.626	-164.172	-123.869
7.02.04	Outros	-1.921.596	-2.027.914	-1.590.722
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-1.554.486	-1.757.447	-1.258.870
7.02.04.02	Custo da Concessão	-115.290	-110.514	-121.815
7.02.04.03	Outros	-54.997	-14.490	-14.007
7.02.04.05	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-196.823	-145.463	-196.030
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.738.677	1.784.480	1.761.711
7.04	Retenções	-524.606	-344.689	-285.745
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-524.606	-344.689	-285.745
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.214.071	1.439.791	1.475.966
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	350.760	219.724	174.248
7.06.02	Receitas Financeiras	164.738	127.375	61.061
7.06.03	Outros	186.022	92.349	113.187
7.06.03.01	Dividendos Recebidos	8.034	78.426	35.388
7.06.03.03	Outros	3.229	7.093	70.649
7.06.03.04	Juros capitalizados	174.759	6.830	7.150
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.564.831	1.659.515	1.650.214
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.564.831	1.659.515	1.650.214
7.08.01	Pessoal	262.724	204.377	308.850
7.08.01.01	Remuneração Direta	184.626	149.929	217.065
7.08.01.02	Benefícios	51.121	42.157	73.620
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.045	12.291	18.165

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2015 à 31/12/2015	Penúltimo Exercício 01/01/2014 à 31/12/2014	Antepenúltimo Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013
7.08.01.04	Outros	11.932	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	346.451	482.978	511.011
7.08.02.01	Federais	222.254	359.081	375.097
7.08.02.02	Estaduais	135	356	1.048
7.08.02.03	Municipais	124.062	123.541	134.866
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	850.571	515.300	364.014
7.08.03.01	Juros	550.817	386.964	266.357
7.08.03.02	Aluguéis	24.977	11.506	11.637
7.08.03.03	Outras	274.777	116.830	86.020
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	174.759	78.426	0
7.08.03.03.02	Outras	100.018	38.404	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	149.342	456.860	466.339
7.08.04.02	Dividendos	33.270	106.251	110.756
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	116.072	350.609	355.583
7.08.05	Outros	-44.257	0	0
7.08.05.02	Juros capitalizados mútuos	-44.257	0	0

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Arteris S.A. (“Arteris” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus investidores e do mercado em geral o Relatório da Administração relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

Perfil

A Arteris desempenha importante papel no setor de infraestrutura rodoviária brasileira, sendo responsável por investimentos direcionados à melhoria, ampliação, conservação e operação de rodovias, no âmbito dos programas de concessão do Governo do Estado de São Paulo e do Governo Federal.

A Companhia por meio de suas concessionárias opera e administra 3.250 quilômetros de estradas, que interligam o principal polo econômico do País – situado entre os estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Rio de Janeiro e Santa Catarina – caracterizado por sua elevada densidade demográfica.

Ao todo são nove concessionárias, quatro estaduais e cinco federais, todas empresas de capital aberto, controladas em 100% pela Arteris – Autovias S.A. (Autovias), Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (Centrovias), Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (Intervias), Vianorte S.A. (Vianorte), Autopista Fernão Dias S.A. (Fernão Dias), Autopista Fluminense S.A. (Fluminense), Autopista Litoral Sul S.A. (Litoral Sul), Autopista Planalto Sul S.A. (Planalto Sul) e Autopista Régis Bittencourt S.A. (Régis Bittencourt).

A Companhia detém ainda o controle das empresas Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (Latina Manutenção) e Latina Sinalização de Rodovias Ltda. (Latina Sinalização), sociedades criadas com fins de fiscalização, gerenciamento de obras e manutenção de rodovias; além de participação acionária de 4,68% na STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., empresa que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança eletrônica de pedágios.

Conjuntura Econômica

Em 2015, o desempenho da economia apresentou-se muito abaixo do esperado pelo mercado. A retração do PIB em 2015 foi de 3,8%, abaixo dos 0,2% projetado no início do ano.

A Arteris foi diretamente afetada pelas condições econômicas gerais do Brasil e a evolução de seus negócios esteve intrinsecamente relacionada com a conjuntura da economia brasileira, em especial às taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, políticas tributárias e variações do Produto Interno Bruto (PIB).

Ao longo de 2015, com reflexo ao cenário macroeconômico nacional e internacional, no decorrer das reuniões realizadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom) o BACEN atuando aumentando a taxa básica de juros de 11,75% para 14,25%. O aumento deu-se por conta da tentativa do governo de manter a inflação contida, conforme detalhado abaixo.

Especificamente, em relação ao Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), em 2015 o indicador acumulado foi de 10,5% frente à alta de 3,7% verificada em 2014. Já a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) saiu de 6,4% em 2014 para 10,7% em 2015. Esses índices influenciam o ambiente econômico-inflacionário e o IPCA, especificamente, é utilizado no cálculo do reajuste tarifário dos pedágios administrados pelas empresas do grupo, impactando, dessa forma, a arrecadação da Companhia.

Relatório da Administração

Eventos Relevantes

OPA:

Em 30 de abril de 2015, a Companhia informou ao mercado manifestação de interesse por parte de seus acionistas controladores de realizar uma Oferta Pública de Aquisição de Ações da Arteris para fins de cancelamento de registro de companhia aberta como emissora categoria A e Saída do Novo Mercado. No momento o processo encontra-se sob análise da CVM. Acionistas aguardam confirmação da CVM para proceder com a publicação do edital e realização da oferta.

Cronograma resumido da OPA:

- tr 25 de Agosto de 2015: AGE – BNP Paribas foi escolhido para elaboração do Laudo de Avaliação
- tr 22 de Setembro de 2015: Disponibilidade do Laudo de Avaliação (intervalo de valor: R\$ 8,74 e R\$ 9,55 por ação)
- tr 23 de Setembro de 2015: Participes em Brasil S.L. informa seguir procedimento da OPA
- tr 21 de março de 2016: Disponibilidade do novo Laudo de Avaliação contemplando exigências da CVM relativas a diversos ofícios (novo intervalo de valor: R\$ 8,86 a R\$ 9,58 por ação)
- tr 23 de março de 2016: Participes em Brasil S.L. informa seguir com o procedimento da OPA

Eixo Suspenso:

Em abril de 2015 entrou em vigor nas concessões federais a aplicação da Lei dos Caminhoneiros, que determinou a proibição da cobrança de eixos suspensos de veículos pesados vazios, a qual foi reequilibrada em tarifa na última revisão ordinária contratual das concessionárias, ocorridas em dezembro de 2015 e fevereiro de 2016. Essa proibição de cobrança não foi aplicada nas concessões estaduais do estado de São Paulo.

Mudança de prática contábil:

Em 2015 a sociedade alterou o critério adotado de amortização dos seus ativos intangíveis, que até então era realizado pelo método de curva de tráfego, passando a adotar o método linear.

Suportada pelas orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis N°5 (CPC 05), a Companhia acredita que a mudança deste critério contábil (adoção da amortização linear), reflete de maneira mais realística os efeitos dos desgastes dos seus ativos intangíveis.

Relatório da Administração

Desempenho Econômico-Financeiro

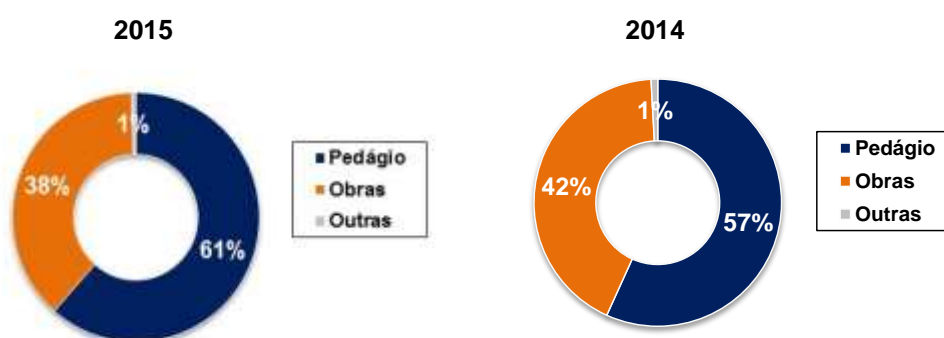
Receita Bruta de Serviços

A seguir tabela da Receita Bruta consolidada:

Receita Bruta	2015	2014	Var%
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	4.047.449	4.236.358	-4,5%
Receitas de pedágio	2.438.765	2.431.851	0,3%
Estaduais	1.423.392	1.419.962	0,2%
Autovias	343.262	342.833	0,1%
Centrovias	369.932	370.838	-0,2%
Intervias	388.621	385.596	0,8%
Vianorte	321.577	320.695	0,3%
Federais	1.015.373	1.011.889	0,3%
Planalto Sul	109.116	115.028	-5,1%
Fluminense	172.822	165.003	4,7%
Fernão Dias	242.129	247.026	-2,0%
Régis Bittencourt	267.866	267.148	0,3%
Litoral Sul	223.440	217.684	2,6%
Outras receitas	54.198	47.060	15,2%
Receitas de obras	1.554.486	1.757.447	-11,5%

No exercício social de 2015, a Arteris registrou receita bruta de R\$ 4,0 bilhões, uma redução de 4,5% em relação ao ano anterior. Este resultado foi afetado pelas receitas de pedágio que se mantiveram praticamente estáveis (+0,3%), pela queda de 11,5% nas receitas de obras e também pela expansão de 15,2% na linha de outras receitas, na comparação anual.

Composição da Receita Bruta de Serviços



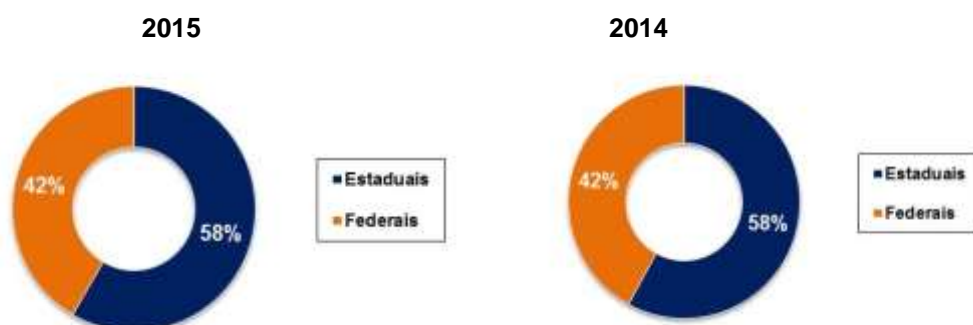
Receita de Pedágio

A receita de pedágio em 2015 se manteve praticamente estável (+0,3%), com um total de R\$ 2,4 bilhões, apesar da retração do tráfego apresentado no ano. Isto foi possível graças aos reajustes de tarifas aplicados em todas as concessões, sendo que dentre as rodovias federais algumas tiveram reajustes superiores a inflação em função de reequilíbrios contratuais.

Relatório da Administração

As concessões estaduais foram responsáveis por 58% deste total e cresceram 0,2% frente a 2014, totalizando R\$ 1,4 bilhão no exercício. Já as rodovias federais tiveram uma melhora de 0,3%, com R\$ 1 bilhão no acumulado do ano.

Composição da Receita de Pedágio



Tráfego Pedagiado: O volume total de tráfego pedagiado da Companhia em 2015, foi de 680.623 mil veículos equivalentes, queda de 6,3% em relação a 2014.

A deterioração do ambiente econômico no país que tem tido como consequência uma retração no produto interno bruto, principalmente no que tange à produção industrial, tem ocasionado uma elevada queda observada no volume de veículos pedagiados nos últimos trimestres. O impacto desta retração é notado na queda de tráfego pesado, principalmente em nossas rodovias federais, as quais são compostas em média por 70% de veículos equivalentes pesados, em comparação aos 60% nas rodovias estaduais.

Outro fator que contribuiu para a queda do tráfego foi a aplicação desde abril de 2015 da Lei dos Caminhoneiros, que cessou a cobrança dos eixos suspensos de veículos pesados vazios nas rodovias federais e que foi reequilibrada em tarifa na revisão ordinária contratual. **Caso esta lei não estivesse em vigor, o tráfego pedagiado das rodovias federais teria registrado no acumulado do ano um decréscimo de 4,0% e do mesmo valor no consolidado do grupo.**

Veículos Equivalentes (Mil)	2015	2014	Var%
Estaduais	204.458	213.097	-4,1%
Autovias	46.774	48.939	-4,4%
Centrovias	55.330	58.336	-5,2%
Intervias	64.967	66.937	-2,9%
Vianorte	37.387	38.885	-3,9%
Federais	476.165	513.198	-7,2%
Planalto Sul	26.462	30.185	-12,3%
Fluminense	45.934	48.653	-5,6%
Fernão Dias	150.652	164.275	-8,3%
Régis Bittencourt	133.668	148.263	-9,8%
Litoral Sul	119.449	121.823	-1,9%
Total	680.623	726.295	-6,3%

Relatório da Administração

A composição do tráfego pedagiado (medida em veículos equivalentes) em 2015 foi de 61,4% de veículos pesados e 38,6% de veículos leves nas concessões estaduais; e 69,8% de veículos pesados e 30,2% de veículos leves nas concessões federais.

Tarifa Média: Segue tabela com a evolução consolidada comparativa da tarifa média para cada uma das concessionárias:

Tarifa Média (R\$ / Veic. Equiv.)	2015	2014	Var%
Estaduais	6,96	6,66	4,5%
Autovias	7,34	7,01	4,7%
Centrovias	6,69	6,36	5,1%
Intervias	5,98	5,76	3,9%
Vianorte	8,60	8,25	4,3%
Federais	2,13	1,97	8,2%
Planalto Sul	4,12	3,81	8,2%
Fluminense	3,76	3,39	11,0%
Fernão Dias	1,61	1,50	7,1%
Régis Bittencourt	2,00	1,80	11,3%
Litoral Sul	1,87	1,79	4,5%
Total	3,58	3,35	7,0%

Em 2015, a tarifa média consolidada praticada pela Arteris em suas praças de pedágio foi de R\$ 3,58, o que representou um incremento de 7,0% em relação à tarifa média de 2014.

Em julho de 2015, o governo do Estado de São Paulo autorizou o reajuste anual aplicado às tarifas das concessões estaduais para 2015, de acordo com a variação acumulada do IGP-M do período, de 4,11%, conforme prevê o contrato de concessão. Em média, as tarifas das concessões estaduais ficaram em R\$ 6,96 (+4,5%) em 2015.

Já as concessionárias federais, tiveram ao longo de 2015 e do exercício anterior todos os reajustes de tarifas conforme preveem os respectivos contratos de concessão, levando-se em consideração a variação acumulada do IPCA, eventuais reequilíbrios econômico-financeiros dos contratos e critérios de arredondamento. Os reajustes ocorrem sempre em fevereiro de cada ano para as Autopistas Fluminense e Litoral Sul e em dezembro para as Autopista Fernão Dias, Régis Bittencourt e Planalto Sul. A tarifa média consolidada de 2015 para as concessões federais foi de R\$ 2,13, 8,2% superior à cobrada em 2014.

Ao final de 2015 e início de 2016, a ANTT autorizou a Companhia a incluir no cálculo das tarifas em vigor a partir dos últimos dias de 2015 e para todo o ano de 2016, incrementos adicionais ao repasse integral da inflação de forma a remunerar investimentos adicionais (aditivos) para a melhoria/readequação da infraestrutura das rodovias federais a serem realizados ao longo dos próximos anos. As novas tarifas estão demonstradas na tabela a seguir:

Concessionárias	Tarifa anterior	Nova Tarifa	Var%	Em vigor a partir de
Autopista Fernão Dias	1,60	1,80	12,5%	19/12/2015
Autopista Planalto Sul	4,10	4,80	17,1%	19/12/2015
Autopista Régis Bittencourt	2,00	2,50	25,0%	29/12/2015
Autopista Fluminense	3,80	4,50	18,4%	02/02/2016
Autopista Litoral Sul	1,90	2,30	21,1%	19/02/2016

Relatório da Administração

Meios Eletrônicos: A receita com a cobrança eletrônica (Sistema AVI) nas praças de pedágio das concessionárias estaduais representou 66,8% em 2015, contra 66,4% no ano anterior. Nas concessionárias federais, o percentual médio de receita com cobrança eletrônica foi de 53,2% contra 52,5% em 2014.

Receita de Obras

A receita de obras — representação contábil relacionada aos investimentos da Companhia em seus ativos intangíveis e, portanto sem efeito caixa — retraiu 11,5% em relação a 2014, atingindo R\$ 1,6 bilhão no último exercício. A redução nesta rubrica pode ser observada, pois parte do aumento nos investimentos está relacionado às obras de manutenção que não interferem na apuração desta linha.

Outras Receitas

As outras receitas são compostas exclusivamente de receitas acessórias oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas. Em 2015 estas receitas foram de R\$ 54,2 milhões, crescimento de 15,2% em relação ao exercício anterior.

Receita Líquida dos Serviços e Deduções da Receita

A receita líquida totalizou R\$ 3,8 bilhões em 2015, uma retração de 4,7% em relação ao ano anterior.

As deduções da receita, compostas por tributos como PIS, COFINS e ISS, foram de R\$ 219,5 milhões no exercício.

Custos e Despesas Operacionais

O total de custos e despesas da Companhia em 2015 foi de R\$ 3,1 bilhões, o que representou um incremento de apenas 3,0% em relação ao ano passado. Uma parte desta variação tem relação com linhas de custos não caixa, como é o caso da depreciação e amortização, que em função de mudança de critérios contábil subiram 52,2% em relação a 2014.

Os custos caixa foram de R\$ 818,4 milhões, um incremento de 8,0% na comparação anual. Este aumento está relacionado, em grande medida, pela variação da inflação entre os períodos, com impactos, por exemplo, nos custos com pessoal — através dos respectivos dissídios coletivos para todos os funcionários do grupo e rescisões contratuais — e nos reajustes dos contratos de prestação de serviços com terceiros.

Relatório da Administração

Segue tabela demonstrando a composição dos custos e despesas operacionais:

Custos e Despesas Operacionais (R\$ Mil)	2015	2014	Var%
Serviços de terceiros	(194.453)	(213.728)	-9,0%
Pessoal	(249.637)	(219.012)	14,0%
Conservação	(115.418)	(104.936)	10,0%
Verba de fiscalização	(41.401)	(38.773)	6,8%
Custos com Poder Concedente	(22.830)	(22.660)	0,8%
Seguros e garantias	(24.046)	(25.028)	-3,9%
Remuneração da administração	(20.616)	(19.259)	7,0%
Consumo	(51.514)	(49.406)	4,3%
Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	(5.286)	(9.576)	-44,8%
Despesas tributárias	(2.369)	(3.755)	-36,9%
Transporte	(42.031)	(37.257)	12,8%
Outras despesas operacionais, líq.	(48.767)	(14.613)	233,7%
Subtotal (Custo Caixa)*	(818.368)	(758.003)	8,0%
% Custo Caixa/Receita Líquida (ex-construção)	36,0%	33,5%	2,5 p.p.
Custos dos serviços de construção	(1.554.486)	(1.757.447)	-11,5%
Provisão p/ manutenção em rodovias	(196.823)	(145.463)	35,3%
Depreciação e Amortização	(524.606)	(344.689)	52,2%
Total	(3.094.283)	(3.005.602)	3,0%

*Excl. Depreciação e Amortização, Custo dos serviços de construção e Provisão p/ manutenção

EBITDA e EBITDA Ajustado

O resultado operacional da Arteris medido por seu EBITDA registrou uma queda de 7,3% em relação a 2014 e totalizou R\$ 1,3 bilhão. Já o EBITDA ajustado pela provisão para manutenção de rodovias, que não tem "efeito caixa", registrou uma leve retração de 3,2%, com um total de R\$ 1,5 bilhão e margem* de 64,0% (-2,5 p.p).

Essa redução no EBITDA ajustado pode ser explicada pela redução na receita de pedágio em função da crise econômica e a da Lei dos Caminhoneiros e também pelo aumento do custo caixa em R\$ 60,4 milhões (8,0%) no período.

* A Margem EBITDA considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

EBITDA e EBITDA Ajustado			
(Em milhares de reais)			
	2015	2014	Var%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.827.963	4.018.133	-4,7%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortização)	(2.569.677)	(2.660.913)	-3,4%
EBITDA ¹	1.258.286	1.357.220	-7,3%
<i>Margem EBITDA</i>	55,3%	60,0%	-4,7 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	196.823	145.463	35,3%
EBITDA Ajustado ²	1.455.109	1.502.683	-3,2%
<i>Margem EBITDA Ajustado</i>	64,0%	66,5%	-2,5 p.p.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01).

Relatório da Administração

Segue abaixo tabela com o cálculo do EBITDA e EBITDA Ajustado para 2015 das empresas do Grupo:

Sociedades do Grupo (R\$ mil)	Receita Líquida			Custos e Despesas*			EBITDA	Provisão para Manut. de Rodovias	EBITDA Ajustado	Margem EBITDA Ajustada*
	Receita de Serviços (A)	Receita de Obras (B)	Total (A + B)	Custos dos Serv. Prestados (A)	Custos dos Serv. de Construção (B)	Total (A + B)				
Autovias	315.661	26.200	341.861	(103.673)	(26.200)	(129.873)	211.988	(36.020)	248.008	78,6%
Centrovias	340.292	42.651	382.943	(117.897)	(42.651)	(160.548)	222.395	(51.468)	273.863	80,5%
Intervias	359.772	96.271	456.043	(110.579)	(96.271)	(206.850)	249.193	(32.078)	281.271	78,2%
Vianorte	295.439	13.332	308.771	(88.771)	(13.332)	(102.103)	206.668	(24.992)	231.660	78,4%
Estaduais	1.311.164	178.454	1.489.618	(420.920)	(178.454)	(599.374)	890.244	(144.558)	1.034.802	78,9%
Panalto Sul	99.973	179.400	279.373	(70.841)	(179.400)	(250.241)	29.132	(4.908)	34.040	34,0%
Fluminense	158.607	304.009	462.616	(92.244)	(304.009)	(396.253)	66.363	(6.565)	72.928	46,0%
Fernão Dias	241.624	204.206	445.830	(160.517)	(204.206)	(364.723)	81.107	(16.756)	97.863	40,5%
Régis Bittencourt	254.949	414.691	669.640	(131.293)	(414.691)	(545.984)	123.656	(10.588)	134.244	52,7%
Litoral Sul	207.160	273.726	480.886	(137.576)	(273.726)	(411.302)	69.584	(13.448)	83.032	40,1%
Federais	962.313	1.376.032	2.338.345	(592.471)	(1.376.032)	(1.968.503)	369.842	(52.265)	422.107	43,9%
Total Concessionárias	2.273.477	1.554.486	3.827.963	(1.013.391)	(1.554.486)	(2.567.877)	1.260.086	(196.823)	1.456.909	64,1%
Arteris Holding	0	0	0	(630)	0	(630)	(630)	0	(630)	
Construtoras	0	304.799	304.799	0	(305.969)	(305.969)	(1.170)	0	(1.170)	
Outras sociedades e eliminações p/ consolidação	0	(304.799)	(304.799)	(1.170)	305.969	304.799	0	0	0	
Total	2.273.477	1.554.486	3.827.963	(1.015.191)	(1.554.486)	(2.569.677)	1.258.286	(196.823)	1.455.109	64,0%

*Exclui depreciação e amortização.

Resultado Financeiro

Resultado Financeiro (R\$ Mil)	2015	2014	Var%
Receitas Financeiras	164.738	127.375	29,3%
Juros Ativos	1.434	4.256	-66,3%
Aplicações Financeiras	151.112	122.514	23,3%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	6.276	-	0,0%
Outras Receitas	5.916	605	877,9%
Despesas Financeiras	(659.858)	(450.073)	46,6%
Encargos Financeiros	(542.529)	(383.045)	41,6%
Atualização do Ônus da Concessão	(26.961)	(22.093)	22,0%
Encargos Financeiros - Reversão de Ajuste a Valor Presente	(49.443)	(26.958)	83,4%
Outras Despesas	(40.925)	(17.977)	127,7%
Varição Cambial, liq.	(25)	324	-107,7%
Resultado Financeiro	(495.145)	(322.374)	53,6%

A Companhia apresentou ao final de 2015 um resultado financeiro negativo de R\$ 495,1 milhões, variação de 53,6% em relação a 2014 que havia registrado saldo negativo de R\$ 322,4 milhões.

Este resultado é proveniente, da combinação dos seguintes fatores:

- As receitas financeiras aumentaram R\$ 37,4 milhões em 2015 e apresentaram melhora de 29,3%, principalmente por um maior saldo médio de caixa aplicado e também pelo aumento dos juros que remuneram as aplicações financeiras (atreladas ao CDI).
- Um aumento de R\$ 209,8 milhões (+46,6%) nas despesas financeiras, principalmente em função de maiores encargos financeiros (+41,6% ou R\$ 159,5 milhões) associados ao crescimento da alavancagem da Companhia ao longo do ano e ao aumento das taxas dos indexadores de juros da dívida bruta (TJLP, CDI e IPCA).

Relatório da Administração

Lucro Líquido

Em 2015, a Companhia registrou R\$ 149,3 milhões de lucro líquido consolidado. Os principais fatores para a queda no lucro líquido em 67,3% no ano, foram a retração no cenário econômico, o que afetou negativamente a receita de pedágio, além das maiores taxas de juros e a incidência da cobrança das alíquotas de PIS e Cofins a partir de julho, o que gerou um pior resultado financeiro e principalmente a revisão do critério contábil que alterou a forma de amortização dos ativos intangíveis da Companhia. Cabe destacar ainda o aumento na provisão para manutenção relacionado ao último ciclo de manutenção das concessões estaduais antes do término do contrato e que foram também impactados pela revisão do critério de contabilização das amortizações para linear. Caso, a revisão do critério de contabilização das amortizações não tivesse ocorrido o lucro líquido consolidado teria registrado R\$ 278,3 milhões.

O lucro consolidado da Companhia difere do lucro contábil individual da Arteris (como empresa controladora do grupo) que foi de R\$ 140,1 milhões em 2015, este último sendo a base para a apuração de dividendos a serem distribuídos aos acionistas. Esta diferença, conforme descrito na Nota Explicativa nº 3, advém do fato das demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais pela opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida líquida da Companhia totalizou R\$ 5,7 bilhões, com aumento de 29,1% ou R\$ 1,3 bilhão em relação ao exercício anterior.

A dívida líquida no final de 2015 representava 4,10 vezes o EBITDA Ajustado gerado menos o pagamento do ônus fixo nos últimos 12 meses.

Endividamento (Em milhares de reais)	31/12/2015	31/12/2014	Var%
Dívida Bruta	6.386.403	6.052.505	5,5%
Curto Prazo	1.961.411	1.078.249	81,9%
Longo Prazo	4.424.992	4.974.256	-11,0%
Posição de Caixa	728.572	1.669.688	-56,4%
Caixa e equivalentes de caixa	488.529	1.410.451	-65,4%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	240.043	259.237	-7,4%
Dívida Líquida	5.657.831	4.382.817	29,1%

¹ Curto e longo prazos

Este aumento de R\$ 1,3 bilhão deveu-se, principalmente, aos movimentos realizados em desembolsos de linhas de crédito do BNDES, e da emissão de nova debênture, além de pré-pagamentos de operações mais antigas.

Os movimentos citados estão detalhados a seguir:

Empréstimos BNDES: A Arteris conta com recursos de longo prazo, concedidos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, para financiar os programas de investimento das concessões federais da Companhia. Desta forma, todas as 5 concessionárias federais contam com linhas de financiamento de longo prazo aprovadas, garantindo os

Relatório da Administração

recursos necessários para a implantação das principais obras contratuais até o final do período de concessão.

Até 31 de dezembro de 2015 foram desembolsados aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, só em 2015 foram R\$ 377,9 referentes a empréstimos do BNDES, de um total contratado de R\$ 3,8 bilhões, restando um saldo a utilizar de R\$ 222,8 milhões.

Emissões de Debêntures (Holding): A Arteris concluiu no mês de julho de 2015 sua **3ª emissão de debêntures** simples no valor de **R\$ 750 milhões** de reais. As debentures tiveram custo de emissão de **CDI + 2,0%**, pagamento de juros semestrais, e amortização em uma **única parcela** no dia 19 de dezembro de 2016.

Endividamento Bruto:

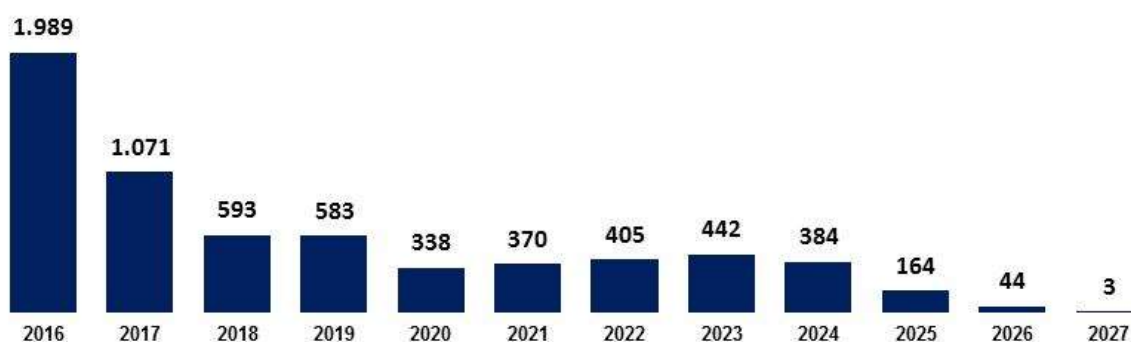
Perfil da Dívida Bruta (%)



Em 31 de dezembro de 2015, a dívida bruta consolidada da Companhia (empréstimos e financiamentos mais debêntures) totalizava R\$ 6,4 bilhões, sendo que deste montante 48,4% correspondia a contratos indexados pela TJLP, 40,1% correspondia a contratos atrelados ao CDI e 11,5% a contratos atrelados ao IPCA.

A seguir cronograma de amortização do endividamento da companhia:

Cronograma de Amortização – (R\$ milhões)



Relatório da Administração

Ônus Fixo pago ao Poder Concedente

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao poder concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No ano de 2015, as concessionárias estaduais pagaram ao Poder Concedente, R\$ 75,8 milhões a título de ônus fixo.

Manutenção das Rodovias

No ano de 2015, as concessionárias estaduais desembolsaram, como pagamento de manutenções realizadas em suas rodovias, o total de R\$ 144,1 milhões.

Investimentos

2015 marca mais um ano de forte atividade da Companhia em relação à execução de obras com um investimento anual que atingiu R\$ 1,8 bilhão, valor 3% inferior ao registrado em 2014. Deste total, 83% foram destinados às concessionárias federais.

As obras mais relevantes no período, para as quais os investimentos da Companhia foram destinados, são as seguintes:

Autopista Fluminense: Ao longo do exercício, a Concessionária manteve o intenso ritmo de obras de duplicação da Rodovia BR 101/RJ entre os municípios de Rio Bonito e Campos dos Goytacazes, iniciadas no 3T11 após a obtenção da licença de instalação junto ao Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). A obra contempla 176,6 quilômetros da rodovia, dos quais 45,1 quilômetros foram concluídos até 2015. Dos 131,5 quilômetros restantes, 78,9 quilômetros estão em obras.

A Companhia concluiu em agosto de 2015 as obras de duplicação da Avenida do Contorno, localizada no município de Niterói, com uma extensão de 2,2 km. Este empreendimento trouxe o aumento da segurança dos usuários da rodovia devido à expansão de sua capacidade viária.

Autopista Fernão Dias: Após ter concluído em 2013 a implantação do Contorno de Betim (MG), trecho de 8,1 quilômetros, possibilitando a criação de uma alternativa para o tráfego rodoviário de longa distância que trafegava pelo município, a concessionária, cumpriu o cronograma de suas principais obras contratuais.

Porém outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão da construção de 22 quilômetros de 3ª Faixas no município de Atibaia/SP, Extrema/MG e Camanducaia/MG, 2,6 quilômetros de Ruas Laterais no município de Betim/MG e a Melhoria de 3 acessos no km 887+450, km 902+000 e no km 947+880.

Autopista Régis Bittencourt: O projeto da Serra do Cafezal (BR-116/SP), principal obra da concessionária, segue em pleno andamento na execução de suas obras. A companhia já concluiu e liberou ao tráfego 17,9 quilômetros da duplicação, de um total de 30,5 quilômetros, incluindo 2 trevos em desnível. A ANTT aprovou em dezembro de 2014 o reequilíbrio necessário para a continuidade das obras, contemplando a construção de 4 túneis todos em andamento e 42 pontes e viadutos (11 concluídos, 22 em andamento e 9 não iniciadas).

Outras melhorias vêm sendo executadas na rodovia, como a conclusão da construção de 10,6 quilômetros de Ruas Laterais.

Relatório da Administração

Autopista Planalto Sul: A Concessionária tem como principal obra a duplicação de 25,4 quilômetros da BR-116/PR entre Curitiba (PR) e Mandirituba (PR), que já possui a licença de instalação concedida pelo IBAMA. Deste total, 9,8 km já estão concluídos e liberados ao tráfego, entre Curitiba (PR) e Fazenda Rio Grande (PR) e o restante encontra-se em obras até o município de Mandirituba (PR).

Durante o ano, foi realizada a construção de uma Passagem Inferior em Desnível no km 128,6 no município de Fazenda Rio Grande/PR, 2 Trevos em Desnível no km 127,5 e no km 131,8 no município de Fazenda Rio Grande/PR. Além disso, foi concluído o Trevo de Vila Pompéia no km 117,7 no município de Curitiba/PR.

Autopista Litoral Sul: O Contorno de Florianópolis, uma das mais importantes obras para a região, foi iniciado em maio de 2014, logo após a emissão da Licença de Instalação pelo IBAMA para um trecho de 14 quilômetros, posteriormente em maio de 2015 houve a emissão de uma Licença Ambiental retificadora, abrangendo uma extensão total de 47km. Atualmente estão em andamento as obras no Trecho Norte, Trecho Intermediário, com 1 trevo em desnível no km 215+380 e 4 passagens inferiores.

Em 2015, a Concessionária também concluiu a construção de 5 quilômetros de Ruas Laterais, 5 Passarelas, 1 Passagem em Desnível Inferior no km 169+650 no município de Tijucas/SC.

Autovias: Foi iniciada em setembro de 2014, a duplicação de 13,6 quilômetros da SP 318, entre os quilômetros 235 e 249, na região de São Carlos. Trata-se de uma nova obra, que será incluída no contrato de concessão, permitindo a extensão do prazo da concessionária em 6 meses, até maio de 2019, de acordo com a metodologia do fluxo de caixa marginal para o equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

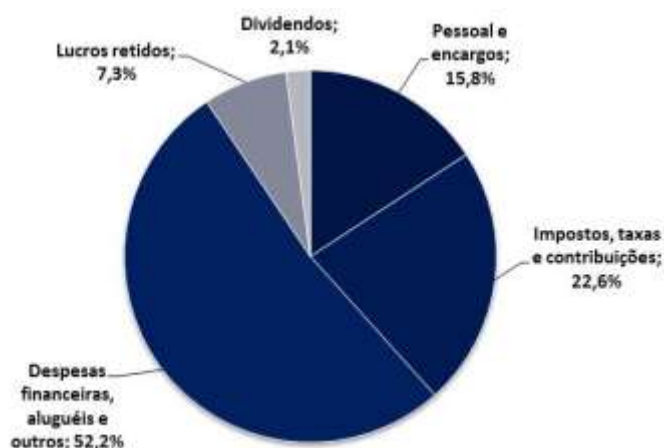
Intervias: Em fevereiro de 2016 foi concluída a implantação da segunda etapa do Contorno Viário de Mogi Mirim (05 quilômetros).

Adicionalmente, a concessionária está executando a duplicação da SP 147, entre Mogi Mirim e Engenheiro Coelho, obra iniciada em setembro de 2014.

Valor Adicionado

A Arteris gerou em 2015, em termos consolidados, valor adicionado de R\$ 1,6 bilhão, 5,7% inferior ao de 2014. Esse valor é resultante das receitas oriundas da prestação de serviços (R\$ 4,0 bilhões), menos custos relativos à concessão e construção, materiais e bens de consumo, serviços de terceiros e depreciação e amortização (R\$ 2,3 bilhões), mais dividendos, juros capitalizados e outras receitas financeiras (R\$ 350,8 milhões).

Distribuição do Valor Adicionado (R\$1,6 bilhão)



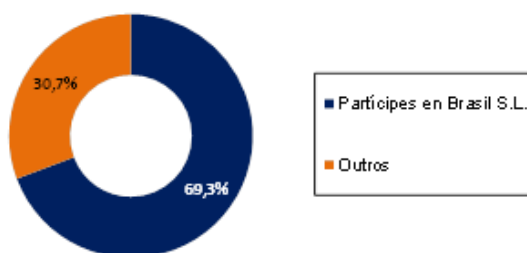
Relatório da Administração

Mercado de Capitais

O valor de mercado da Arteris ao final do ano de 2015 totalizou R\$ 3,3 bilhões, tendo como base a cotação de fechamento de R\$ 9,65 por ação em 30/12/15. Esse preço corresponde a uma desvalorização de 20,2% desde o início do ano. No mesmo período, o Índice Ibovespa apresentou desvalorização de 10,6%. Negociadas sob o código ARTR3, as ações da Companhia marcaram presença em 100% dos pregões realizados na BM&FBOVESPA e movimentaram cerca de R\$ 1,2 bilhão no ano de 2015.

Composição Acionária

O capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 1.033,2 milhões em 31 de dezembro de 2015, representado por uma única classe de 344.444.440 ações ordinárias.



Dividendos

Os acionistas têm direito a receber, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Em relação ao lucro apurado no exercício de 2014, a Companhia efetuou o pagamento de R\$106,2 milhões, o que representou R\$ 0,31 por ação, representando um *pay-out* de 25%.

Em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 não foram deliberados pagamentos de dividendos intermediários. Os dividendos do exercício de 2015 serão discutidos em Assembleia Geral Ordinária que será realizada no dia 29 de abril de 2016.

Profissionais

A Arteris conta com 5.974 profissionais em seu quadro de pessoal, dos quais 46,9% estão alocados nas concessionárias federais, 21,2% nas estaduais, 26,5% nas construtoras do grupo e o restante, ou 2,7% em sua *holding*, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Quadro de Pessoal	2015	2014	Var. %
Arteris (Holding)	162	149	8,7%
<i>Concessionárias Estaduais</i>	1.264	1.356	-6,8%
Autovias	306	302	1,3%
Centrovias	271	283	-4,2%
Intervias	421	519	-18,9%
Vianorte	266	252	5,6%
<i>Concessionárias Federais</i>	2.963	2.804	5,7%
Litoral Sul	690	595	16,0%
Planalto Sul	352	264	33,3%
Fluminense	480	438	9,6%
Fernão Dias	827	874	-5,4%
Régis Bittencourt	614	633	-3,0%
Latina Manutenção	1.428	2.017	-29,2%
Latina Sinalização	157	173	-9,2%
Total	5.974	6.499	-8,1%
Rotatividade	4,51%	5,38%	

Relatório da Administração

Responsabilidade Social e Ambiental - Sustentabilidade

A Arteris é uma empresa que prioriza desenvolver seus negócios de forma sustentável, garantindo que sua atuação permita o desenvolvimento das comunidades lindeiras, dos colaboradores e da sociedade como um todo. A companhia desenvolve diversos programas focados em promover segurança viária nas rodovias sob concessão, assim como promove projetos voltados para a educação para o trânsito, a preservação ambiental e desenvolvimento sociocultural das comunidades em que está inserida.

A Arteris possui ações em seis áreas:

Segurança

A meta da companhia é reduzir em 50% o número total de acidentes nas estradas sob controle do grupo no período 2011-2020, reproduzindo internamente a meta da ONU sobre o tema – Década Mundial de Ações para a Segurança do Trânsito. Para o cumprimento deste objetivo, a companhia criou o GERAR – Grupo Estratégico para Redução de Acidentes, responsável por estabelecer estudos e planos de ação voltados para a preservação da vida no trânsito. Desde setembro de 2014 a empresa realiza o Mês da Segurança Arteris, iniciativa pioneira no setor de concessões rodoviárias voltada para conscientizar motoristas, colaboradores e a sociedade sobre a importância de uma atitude consciente no trânsito. Em 2015 a iniciativa conscientizou quase 1 milhão de pessoas e foi aberta com o 2º Fórum Arteris de Segurança, com a presença de representantes de agências reguladoras de transportes, Ministério da Saúde, órgãos de policiamento rodoviário, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.

Educação

A humanização do trânsito é prioridade da atuação da Arteris na área de educação. A companhia desenvolve o Projeto Escola, iniciativa com 15 anos que prepara professores para atividades com alunos da rede pública sobre segurança no trânsito. A iniciativa é reconhecida como uma boa prática pelo Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). A mesma estratégia é aplicada para a preparação dos educadores sobre temas ambientais por meio do Viva Meio Ambiente.

Também são desenvolvidas ações específicas por meio do Passarela Viva (voltada para pedestres das comunidades lindeiras), Viva Ciclista e Viva Motociclista, de forma a conscientizar esses públicos sobre a importância de uma postura responsável no trânsito.

Saúde

O Programa “Saúde na Boleia” já beneficiou mais de 100 mil caminhoneiros por meio de orientações de saúde, segurança, exames gratuitos e vacinação. O objetivo da iniciativa é incentivar os cuidados com a qualidade de vida entre os profissionais de transporte, dado que eles nem sempre possuem condições adequadas para realizar os cuidados com a saúde. O programa favorece uma abordagem preventiva, estimulando a realização de exames.

Meio Ambiente

A sustentabilidade dos negócios é uma prioridade da companhia, influenciado a maneira como a Arteris realiza as obras de infraestrutura previstas nos contratos de concessão. A empresa desenvolve iniciativas de reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, plantio de mudas de vegetação nativa e iniciativas de educação ambiental em comunidades lindeiras. O Sistema de Gestão Ambiental é o mecanismo no qual a Arteris e suas concessionárias acompanham a execução das ações nesta área. Além disso, a empresa faz controle e reciclagem do lixo e possui convênios com várias Universidades Estaduais e Federais no controle da fauna.

Relatório da Administração

Projetos culturais, sociais e esportivos

O apoio a projetos esportivos, culturais, sociais e de saúde relevantes para as regiões em que as concessionárias Arteris estão inseridas é uma prioridade da companhia. A atuação da empresa também é marcada pela promoção de parcerias com importantes instituições culturais para a realização de exposições de artistas de destaque no cenário internacional. Em 2014, a Arteris apoiou a vinda ao Brasil da exposição mais completa já vista no país do Salvador Dalí. Mais de 1,5 milhão de pessoas puderam apreciar obras do artista plástico espanhol no Rio de Janeiro e São Paulo. No ano de 2015 foi a vez de chegar ao país a exposição de Joan Miró em São Paulo e Florianópolis. Nessas oportunidades, a companhia promoveu parcerias com instituições de apoio a crianças especiais e outras entidades de forma a levar à exposição pessoas que dificilmente teriam acesso a atividades culturais deste tipo.

Voluntariado

O público interno da companhia, por meio do Programa Voluntários é estimulado a manter uma relação de proximidade com as comunidades em que estão inseridos. A empresa estimula os seus colaboradores a desenvolver uma atitude transformadora, que contribua para a construção de uma sociedade mais justa. A iniciativa ajuda no desenvolvimento das habilidades pessoais dos profissionais e, ao mesmo tempo, agrega valor aos negócios, fortalecendo a imagem da Arteris.

Cláusula Compromissória

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante em seu Estatuto Social.

Considerações Finais

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à determinação da Instrução CVM nº. 381/03, a Companhia informa que, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, não contratou a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes para trabalhos diversos daqueles de auditoria externa. No relacionamento com o Auditor Independente, a Companhia busca avaliar o conflito de interesses com trabalhos de não auditoria com base no seguinte: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover os interesses da Companhia.

Declaração da Diretoria

A Diretoria da Arteris S.A. declara, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes; e (ii) com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

São Paulo, 29 de março de 2016.

Relatório da Administração

Diretoria

David Antonio Díaz Almazán
Diretor Presidente

Felipe Ezquerro Plasencia
Diretor Vice Presidente Administrativo Financeiro

Alessandro Scotoni Levy
Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin
Diretora Jurídica

Angelo Luiz Lodi
Diretor

Paulo Pacheco Fernandes
Diretor

Conselho de Administração

Luiz Ildelfonso Simões Lopes
Presidente do Conselho

Benjamin Michael Vaughan
Conselheiro

David Antonio Díaz Almazan
Conselheiro

Eduardo de Salles Bartolomeo
Conselheiro Independente

Fernando Martinez Caro
Conselheiro

Francisco José Aljaro Navarro
Conselheiro

Francisco Miguel Reynés Massanet
Conselheiro

Josep Lluís Giménez Sevilla
Conselheiro

Marta Casas Caba
Conselheira

Marcos Pinto Almeida
Conselheiro

Sérgio Silva de Freitas
Conselheiro Independente

Notas Explicativas

***Arteris S.A. e
Controladas***

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referente ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2015*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Notas ExplicativasARTERIS S.A. E CONTROLADASDEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AO EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES
SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRASÍNDICE

1. CONTEXTO OPERACIONAL	10
2. CONCESSÕES	11
3. BASE PARA PREPARAÇÃO.....	22
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	24
5. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA	35
6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	38
7. CONTAS A RECEBER	38
8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS	39
9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS	41
10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS.....	42
11. IMOBILIZADO	44
12. INTANGÍVEL.....	46
13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	49
14. DEBÊNTURES	53
15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	59
16. CREDORES PELA CONCESSÃO	64
17. PROVISÕES	67
18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	69
19. RECEITAS	70
20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA	71
21. RESULTADO FINANCEIRO	72
22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA	73
23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	74
24. LUCRO POR AÇÃO	75
25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	75
25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO.....	78
26. GARANTIAS E SEGUROS	81
27. EVENTOS SUBSEQUENTES	81
28. FATOS RELEVANTES.....	83

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

ARTERIS S.A. E CONTROLADAS**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015****(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)**

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arteris S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade por ações, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.455 - 9º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As demonstrações financeiras da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como “o Grupo Arteris” e individualmente como “entidade do Grupo”). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral.
- Exploração direta e/ou por meio de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a parcerias público privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de transporte em geral.
- Participação em outras sociedades que desenvolvam as atividades relacionadas anteriormente.

A Arteris, através de suas controladas, principalmente as concessionárias estaduais possui uma forte geração de caixa, sólida estrutura de capital e fontes de financiamento diferenciadas para implementar seu plano de negócio.

A Sociedade utiliza os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa.

A geração de caixa, somada capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos, e para manter um nível de alavancagem adequado às obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita de suas controladas no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagiado e reajustes

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado pelo financiamento de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários em suas concessionárias e através da própria Sociedade, a Administração acredita que a Sociedade e suas controladas possuem condições para honrar as obrigações de curto e médio prazos existentes.

Em 30 de abril de 2015 o acionista controlador Participes em Brasil S.L. manifestou a intenção de realização de Oferta Pública de Aquisição de Ações da Arteris S.A. para fins de cancelamento de registro de companhia aberta como emissora de categoria “A” e saída do Novo Mercado. O lançamento da oferta está sujeito a que os registros perante os órgãos reguladores competentes sejam obtidos.

A Sociedade em 31 de dezembro de 2015 vem cumprindo todas as exigências perante os órgãos reguladores competentes, conforme descrito na nota explicativa nº 28.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2016.

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de dezembro de 2015, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais.

Concessionárias estaduais

Autovias S.A. (“Autovias”)

A Autovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2. Iniciou suas operações em 1º de setembro de 1998, com o objetivo exclusivo de realizar, sob o regime de concessão até 31 de agosto de 2018, a exploração da malha rodoviária de ligação entre Franca, Batatais, Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e Santa Rita do Passa Quatro e respectivos acessos, nos termos do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo - DER/SP nº 18/CIC/97/Lote 10.

Por meio do Termo Aditivo e modificativo nº 19/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”) o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão estimado em mais 3 meses e 19 dias sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 18 de dezembro de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, que deverá ser concluído antes do início de vigência do prazo mencionado, nos termos da Resolução ARTESP/1, de 25 de março de 2013.

A Autovias S.A. acordou junto à Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo - Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP” ou “Poder Concedente”) a inclusão, no contrato de concessão, de uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, pelo valor estimado de R\$ 91 milhões. A inclusão das obras no contrato e o seu reequilíbrio econômico-financeiro serão realizados por meio da metodologia de Fluxo de Caixa Marginal, cujo reequilíbrio se dará com a extensão do

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

prazo de concessão do contrato da Autovias S.A. estimada por 6 meses, levando o término da concessão para maio de 2019.

A Autovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Na SP 255 - Rodovia Antônio Machado Sant'Anna:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 2,8 e o km 48,35;
- Implantação de faixas adicionais ao longo de todo o trecho entre o km 48,35 e o km 77.

Na SP 318 - Rodovia Engenheiro Thales de Lorena Peixoto Júnior:

- Implantação de faixas adicionais do km 257,8 ao km 280.

Na SP 330 - Rodovia Anhanguera:

- Implantação de vias marginais em Ribeirão Preto (17,2 km).

Na SP 334 - Rodovia Cândido Portinari:

- Complementação da duplicação no trecho entre o km 322 e o km 337;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 337 e o km 348;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 358 e o km 395,5.

Na SP 345 - Rodovia Engenheiro Ronan Rocha:

- Implantação da 2ª pista e recapeamento da pista existente no trecho compreendido entre o km 10 e o km 36;
- Implantação de vias marginais entre o km 30 e o km 35, do lado direito, e entre o km 33 e o km 35, do lado esquerdo.

Centrovias Sistemas Rodoviários S.A. (“Centrovias”)

A Centrovias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Itirapina, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Washington Luis, km 216,8, Pista Sul. Iniciou suas operações em 9 de junho de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de São Carlos a Cordeirópolis, de Itirapina a Jaú, e de Jaú a Bauru.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 11, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 12 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 19 de junho de 2019.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

A Centrovias assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Na SP 225 - Rodovias Engenheiro Paulo Nilo Romano e Comandante João Ribeiro de Barros:

- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 91 + 429 e o km 177 + 400;
- Implantação da 2ª pista no trecho compreendido entre o km 183 + 850 e o km 235 + 040.

Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. (“Intervias”)

A Intervias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Araras, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 168, Pista Sul. Foi constituída em 28 de maio de 1999, iniciou suas operações em 18 de fevereiro de 2000, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 19/CIC/98, regulamentado pelo Decreto Estadual nº 42.411, de 30 de outubro de 1997, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão, a exploração do sistema rodoviário de ligação entre os municípios de Itapira, Mogi-Mirim, Limeira, Piracicaba, Conchal, Araras, Rio Claro, Casa Branca, Porto Ferreira e São Carlos - Lote 6, compreendendo a execução, gestão e fiscalização dos serviços delegados, incluindo serviços operacionais, de conservação e de ampliação do sistema, dos serviços complementares e não delegados, além de atos necessários ao cumprimento do objeto, nos termos do contrato de concessão celebrado.

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 14/06, de 21 de dezembro de 2006, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante prorrogação do prazo de concessão por mais 95 meses sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 16 de janeiro de 2028.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, no uso de suas atribuições legais, aprovou a inclusão no cronograma físico - financeiro do contrato de concessão, da obra item 02 06.01.50 - SP 147 – implantação de marginais e dispositivo de retorno no distrito industrial de Itapira – KM 46+250 – Leste/Oeste. O desequilíbrio econômico-financeiro decorrente da referida inclusão, apurado de acordo com a metodologia de fluxo de caixa marginal, foi de R\$1.053 mil, a favor da Sociedade, em valor presente líquido (VPL) base julho/1997. O prazo estimado de prorrogação contratual para a recomposição do desequilíbrio é de 2 (dois) meses e 15 (quinze) dias, passando o período de exploração da concessão a ser até 01 de abril de 2028.

A Intervias assumiu originalmente compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

Na SP 147 - Rodovia Engenheiro João Tosello

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 41,36 e o km 54 e entre o km 62,45 e o km 106,32.

Na SP 191 – Rodovia Wilson Finardi

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido do km 43,8 ao km 44,9, do km 45,6 ao km 46,9 e do km 49,7 ao km 74,72.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Na SP 352 - Rodovia Comendador Virgolino de Oliveira

- Duplicação da rodovia no trecho compreendido entre o km 162,45 e o km 185,17.

Na SP 165/330 - Rodovia Anhanguera - Contorno Rodoviário de Araras

- De acordo com o Termo Aditivo e Modificativo nº 06/02 e 3ª readequação do cronograma de obras de 08/10/2002, foram construídos um trecho de 4,67 quilômetros de rodovia, denominado Contorno Rodoviário de Araras, na SP 165/330, partindo do Km 165.225 da SP 330 - Rodovia Anhanguera até o Km 42,300 da SP 191 - Rodovia Wilson Finardi.

Vianorte S.A. (“Vianorte”)

A Vianorte é uma sociedade por ações domiciliada no município de Sertãozinho, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Atílio Balbo, km 327,5. Iniciou suas operações em 6 de março de 1998, de acordo com o Contrato de Concessão Rodoviária firmado com o DER/SP nº 009/CIC/97 - Lote 05, e tem por objetivo exclusivo realizar, sob o regime de concessão até março de 2018, a exploração do sistema rodoviário constituído pela SP 330 Rodovia Anhanguera, SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira, SP 328 Rodovia Alexandre Balbo/Contorno Norte de Ribeirão Preto e SP 325/322 - Avenida dos Bandeirantes.

Por meio do Termo Aditivo e modificativo nº 15/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela ARTESP o reequilíbrio da adequação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão estimado em mais 17 dias sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 23 de março de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, que deverá ser concluído antes do início de vigência do prazo mencionado, nos termos da Resolução ARTESP/1, de 25 de março de 2013.

A Vianorte assumiu compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão, os quais se encontram substancialmente cumpridos:

SP 322 Rodovia Atílio Balbo/Rodovia Armando Salles de Oliveira

- Duplicação do trecho entre o km 343 + 500 e o km 390 + 500 - Sertãozinho/ Bebedouro;
- Duplicação do trecho entre o km 307 + 500 e o km 325 + 910 - Contorno Viário Sul;
- Construção de dispositivos de acessos/retornos;
- Construção de passarelas entre o km 334 + 860 e o km 337 + 790 – Sertãozinho;
- Construção de marginais entre o km 333 + 160 e o km 343 + 480;
- Ampliação de dispositivo com a SP 325/322 no km 325 + 910 (entroncamento);
- Construção da transposição sobre o Córrego Santa Elisa no km 345 + 100.

SP 328 Rodovia Alexandre Balbo

- Duplicação do trecho entre o km 323+130 ao Km 337+010;

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

- Construção de dispositivos nos km 326+220 / 330+720 / 334+710 / 335+160 – passagem superior (PSU).

SP 330 Rodovia Anhanguera

- Construção de passarela no km 380 - São Joaquim da Barra;
- Construção do posto de suporte ao usuário em Orlândia no km 366 + 150;
- Construção do dispositivo com Avenida Lara Nilza Raffaini Cação no km 319 + 650.

SP 325/322 - Avenida dos Bandeirantes – Ribeirão Preto

- Construção de passarela km 8 + 550;
- Construção de galeria de aço km 6 + 400;
- Construção de dispositivo km 8 + 300.

Em decorrência desses contratos de concessão, as concessionárias estaduais reconheceram o direito de uso e exploração, registrado no ativo intangível como direito de outorga, tendo como contrapartida o passivo na rubrica “Credores pela concessão”, conforme mencionado nas notas explicativas nº 11 e nº 15, respectivamente.

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de julho com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M ocorrida até 31 de maio.

Em decorrência da deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, de 27 de julho de 2011, o Poder Concedente elaborou e a Sociedade concordou com o Termo Aditivo e Modificativo - TAM em dezembro de 2011, que prevê a substituição do índice de reajuste das tarifas de pedágio do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, a fim de uniformizar toda a sistemática de reajuste de tarifas de pedágios de rodovias, sendo mantidos a periodicidade anual e o mês de referência do ajuste. A alteração do índice do reajuste implicará revisão contratual em base anual junto ao Poder Concedente para verificação de existência de desequilíbrio econômico decorrente da utilização do novo índice, que poderá determinar o reequilíbrio em favor da Sociedade ou do Poder Concedente, mediante alteração do prazo de concessão ou por outra forma definida em comum acordo entre as partes. As cláusulas do TAM entraram em vigor em 1º de janeiro de 2012, condicionadas à autorização do Secretário Estadual de logística e transportes, que foi aprovada em 28 de junho de 2012 e tornou-se vigente a partir de 1º de julho de 2013.

Em 27 de junho de 2013, foi publicada no Diário Oficial do Estado deliberação extraordinária do Conselho Diretor da ARTESP acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a deliberação autoriza o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2013 pelo índice do IGPM, mas com repasse zero aos usuários. O Conselho Diretor autorizou a cobrança de eixos suspensos para veículos pesados e redução dos percentuais cobrados da outorga variável desde julho de 2013, com exceção aos pagamentos efetuados em novembro de 2013 e sugere medidas de recomposição do desequilíbrio dos contratos de concessão. Tais medidas deverão ser avaliadas individualmente, deliberadas pela Secretaria dos Transportes e aprovadas pelo Poder Concedente.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Excepcionalmente nos meses de julho a setembro, novembro e dezembro de 2013, o ônus variável foi calculado usando o índice de 1,5% sobre a receita bruta como forma de compensação do repasse zero às tarifas de pedágio a partir de 1º de julho de 2013, conforme publicação no Diário Oficial do Estado D.O.E. de 27 de julho de 2013, processo Nº 015.147/2013 e protocolo nº 234.316/13.

Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da ARTESP prorrogou por prazo indeterminado a autorização anteriormente concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária). Esta prorrogação não inclui os pagamentos efetuados em novembro de 2013 referente à outorga variável de competência do mês de outubro de 2013.

Em 28 de junho de 2014 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Deliberação Extraordinária do Conselho Diretor da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio. Em suma, a Deliberação autorizou o reajuste dos pedágios a partir de 1º de julho de 2014 pelo índice IPCA com reajuste em 5,17% para a Autovias, 5,04% para Centrovias, 4,67% para a Intervias e 5,58% para a Vianorte que não correspondeu à variação do IPCA do período. A Sociedade não concordou com a decisão unilateral do governo do estado de São Paulo, comunicada pela Artesp e vem tomando medidas de defesa para garantir seus direitos.

Em 19 de setembro de 2014, a Centrovias obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio. O índice de reajuste a ser aplicado é de 6,37% e está de acordo com a variação acumulada do IPCA registrada no exercício de junho de 2013 até maio de 2014. O reajuste das tarifas ocorreu a partir de zero hora daquela data.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias, ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos dos prazos das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

<u>Natureza dos custos</u>	<u>31.12.2015</u>				<u>Total</u>
	<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>	
	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	<u>Previsão de</u>	
	<u>2016 a 2019</u>	<u>2016 a 2019</u>	<u>2016 a 2028</u>	<u>2016 a 2018</u>	
Melhorias na infraestrutura	101.927	2.059	388.864	3.959	496.808
Conserva especial	169.238	82.712	194.890	54.339	501.179
	<u>271.165</u>	<u>84.771</u>	<u>583.754</u>	<u>58.298</u>	<u>997.988</u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

<u>Natureza dos custos</u>	31.12.2014				<u>Total</u>
	<u>Autovias</u>	<u>Centrovias</u>	<u>Intervias</u>	<u>Vianorte</u>	
	Previsão de <u>2015 a 2018</u>	Previsão de <u>2015 a 2019</u>	Previsão de <u>2015 a 2028</u>	Previsão de <u>2015 a 2018</u>	
Melhorias na infraestrutura	121.544	42.152	454.661	5.694	624.051
Conserva especial	<u>178.278</u>	<u>97.309</u>	<u>187.983</u>	<u>86.061</u>	<u>549.631</u>
	<u>299.822</u>	<u>139.462</u>	<u>642.644</u>	<u>91.755</u>	<u>1.173.682</u>

A segregação das estimativas de investimentos foi elaborada conforme mencionado na nota explicativa nº3 “Momento de reconhecimento do ativo intangível”.

As concessionárias estaduais, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverão devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias.

Concessionárias FederaisAutopista Planalto Sul S.A. (“Planalto Sul”)

A Planalto Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Rio Negro, Estado do Paraná, situada na Avenida Afonso Petschow, 4.040 - Bairro Industrial. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/PR/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e a divisa entre os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 02, em conformidade com o Edital de Licitação nº 006/2007, publicado pela Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Planalto Sul está em plena operação desde 22 de fevereiro de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 134 - PR. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 25,4 km de duplicação de rodovia;
- 48,3 km de terceira faixa;
- 10,2 km de vias laterais;
- Construção de 9 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO’s;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação e manutenção de toda a extensão da rodovia.

Autopista Fluminense S.A. (“Fluminense”)

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

A Fluminense é uma sociedade por ações, domiciliada no município de São Gonçalo, no Estado do Rio de Janeiro, Brasil, na Avenida São Gonçalo, 100 - Unidade 101. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-101/RJ, compreendendo o trecho entre a divisa RJ/ES - Ponte Presidente Costa e Silva, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 04, em conformidade com o Edital de Licitação nº 004/2007, publicado pela ANTT, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fluminense está em plena operação desde 31 de agosto de 2009, quando do início da operação da sua última praça de pedágio na BR-101/km 252 - RJ. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 176,6 km de duplicação da rodovia;
- 3,8 km de vias laterais;
- 28,3 km de variantes e contornos;
- Construção de 17 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 7 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Autopista Fernão Dias S.A. ("Fernão Dias")

A Fernão Dias é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Pouso Alegre, Estado de Minas Gerais, Brasil, situada na Rodovia BR-381, km 850,5, Pista Norte. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR 381 - MG/SP, compreendendo o trecho entre Belo Horizonte e São Paulo, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 05, em conformidade com o Edital de Licitação nº 002/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, contado a partir de 15 de fevereiro de 2008, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Fernão Dias está em plena operação desde 9 de setembro de 2010, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-381/km 65 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 88 km de terceira faixa;
- 94,26 km de vias laterais;
- 8,3 km de variantes/contornos;
- Construção de 50 passarelas;
- Construção de 8 praças de pedágio;
- Construção de 12 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Autopista Régis Bittencourt S.A. ("Régis Bittencourt")

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

A Régis Bittencourt é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Registro, no Estado de São Paulo, Brasil, na Rodovia SP 139, nº 216. Constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único a exploração do lote rodoviário BR-116 - SP/PR, compreendendo o trecho entre São Paulo e Curitiba, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 06, em conformidade com o Edital de Licitação nº 001/007, publicado pela ANTT, sob forma de concessão de serviço público pelo prazo de 25 anos iniciado em 14 de fevereiro de 2008, não sendo admitida a prorrogação do prazo de concessão, precedida da execução de obras públicas para recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias da rodovia.

A Régis Bittencourt está em plena operação desde 18 de maio de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-116/km 542 - SP. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30,5 km de duplicação de rodovia;
- 30 km de terceira faixa;
- 55 km de vias laterais;
- 26,4 km de variantes e contornos;
- Construção de 51 passarelas;
- Construção de 6 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Autopista Litoral Sul S.A. (“Litoral Sul”)

A Litoral Sul é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Joinville, Estado de Santa Catarina, Brasil, situada na Rua Ministro Calógenas, 343. Foi constituída em 19 de dezembro de 2007 e tem como objeto social único e exclusivo a exploração da concessão de serviço público do lote rodoviário BR-116/BR-376/PR e BR-101/SC, compreendendo o trecho entre Curitiba e Florianópolis, objeto do processo de licitação correspondente ao Lote 07, de conformidade com o Edital de Licitação nº 003/2007, publicado pela ANTT, pelo prazo de 25 anos, precedida da execução de obras públicas de recuperação, manutenção, monitoramento, conservação, operação, ampliação e melhorias.

A Litoral Sul está em plena operação desde 17 de junho de 2009, quando do início da operação de sua última praça de pedágio na BR-101/km 221 - SC. A concessionária assumiu os seguintes compromissos de implantação de obras decorrentes da concessão:

- 30 km de terceira faixa;
- 79,7 km de vias laterais;
- 94,7 km de variantes e contornos;
- Construção de 39 passarelas;
- Construção de 5 praças de pedágio;
- Construção de 9 bases de serviços operacionais – BSO's;
- Implantação e reforma de postos de pesagem;
- Recuperação de toda a extensão da rodovia.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Conforme estabelecido nos contratos de concessão dessas concessionárias, as tarifas de pedágio são reajustadas no mês de fevereiro no caso da Fluminense e da Litoral Sul e no mês de dezembro no caso da Planalto Sul, da Fernão Dias e da Régis Bittencourt, com base na variação do IPCA.

Extintas as concessões, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração dos sistemas rodoviários transferidos às concessionárias ou por elas implantados no âmbito das concessões. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operação, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos. As concessionárias terão o direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens, cuja aquisição, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo das concessões, desde que realizada para garantir a continuidade e a atualidade dos serviços abrangidos pelas concessões.

Em decorrência dos modelos dos contratos das concessões federais serem da forma não onerosa e considerarem o menor preço de tarifa de pedágio, as concessionárias federais não pagam ao Poder Concedente, pelo direito de exploração dos lotes mencionados, nenhum ônus fixo e/ou variável.

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valor no período da concessão</u>
Planalto Sul	1.846	31.690
Fluminense	2.665	45.749
Fernão Dias	7.916	135.891
Régis Bittencourt	8.436	144.818
Litoral Sul	<u>6.424</u>	<u>110.279</u>
	<u>27.287</u>	<u>468.427</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

Além do recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização, as concessionárias federais firmaram compromissos decorrentes do contrato de concessão como:

- As concessionárias federais devem assumir integralmente o risco decorrente de erros na determinação de quantitativos para execução de obras e serviços previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco decorrente de danos nas rodovias que derivem de causas que deveriam ser objeto de seguro, conforme o Capítulo III, Título V, do edital do leilão.
- As concessionárias federais assumem integralmente o risco pela variação nos custos de seus insumos, mão de obra e financiamentos.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

- As concessionárias federais assumem integralmente riscos decorrentes da regularização do passivo ambiental dentro da faixa de domínio das rodovias, cujo fato gerador tenha ocorrido após a data da assinatura do contrato de concessão.
- Os estatutos sociais das concessionárias federais previam a obrigação de abrir seu capital social em até dois anos após a data do início do contrato de concessão, previsto para 15 de fevereiro de 2010. Os registros de sociedade por ações de capital aberto foram concedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 29 de março de 2010.
- As concessionárias federais devem apresentar anualmente as demonstrações financeiras para a ANTT e publicá-las.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

<u>Natureza dos custos</u>	<u>31.12.2015</u>					<u>Total</u>
	<u>Planalto Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Fernão Dias</u>	<u>Régis Bittencourt</u>	<u>Litoral Sul</u>	
Melhorias na infraestrutura	282.911	934.119	290.519	1.066.223	526.998	3.100.770
Recuperações/Manutenções	<u>267.868</u>	<u>399.762</u>	<u>817.814</u>	<u>645.959</u>	<u>580.983</u>	<u>2.712.386</u>
Total	<u>550.780</u>	<u>1.333.881</u>	<u>1.108.333</u>	<u>1.712.182</u>	<u>1.107.981</u>	<u>5.813.156</u>

<u>Natureza dos custos</u>	<u>31.12.2014</u>					<u>Total</u>
	<u>Planalto Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Fernão Dias</u>	<u>Régis Bittencourt</u>	<u>Litoral Sul</u>	
Melhorias na infraestrutura	438.435	1.165.844	469.491	1.399.384	769.578	4.242.732
Recuperações/Manutenções	<u>249.832</u>	<u>372.845</u>	<u>762.749</u>	<u>602.465</u>	<u>541.865</u>	<u>2.529.755</u>
Total	<u>688.267</u>	<u>1.538.689</u>	<u>1.232.240</u>	<u>2.001.849</u>	<u>1.311.442</u>	<u>6.772.487</u>

A segregação das estimativas de investimentos foi elaborada conforme mencionado na nota explicativa nº3 “Momento de reconhecimento do ativo intangível”.

As controladas Régis Bittencourt, Litoral Sul, Fernão Dias e Fluminense em conjunto denominadas “Concessionárias”, celebraram “Termos de Ajuste de Conduta-TAC” com a Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, em decorrência de processos administrativos sancionatórios de possíveis não conformidades, instaurados pela Agência, desde o início das concessões até 22 de setembro de 2014.

Em decorrência da assinatura destes termos de ajuste, as Concessionárias realizarão o montante equivalente a R\$139,9 milhões em novas obras não previstas no contrato de concessão, que trarão melhorias, segurança e conforto aos usuários, nas rodovias objeto de suas concessões,

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

assim distribuídos: Fernão Dias - R\$28,2 milhões, Fluminense - R\$31,2 milhões, Régis Bitencourt - R\$29 milhões e Litoral Sul - R\$ 51,5 milhões.

A Sociedade está definindo junto a ANTT as obras que farão parte deste termo de ajuste e, assim que definidos, estes investimentos serão avaliados com base em laudo de peritos independentes para que seja determinado o momento do reconhecimento do ativo intangível entre dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional.

Quanto à concessionária Planalto Sul, a Sociedade informa que continua com as negociações para firmar nos próximos meses, em condições semelhantes, um TAC com a ANTT, mas segue apresentando suas justificativas e defesas administrativas em procedimentos de não conformidades.

3. BASE PARA PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As demonstrações financeiras individuais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como Controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas estão de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiros (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela CVM.

As demonstrações financeiras individuais apresentam a manutenção dos efeitos da amortização do ativo diferido existente na data de transição para IFRS, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Dessa forma, essas demonstrações individuais não são consideradas como estando em conformidade com as IFRS, que exigem o reconhecimento de ativo diferido no resultado, quando incorrido.

A Administração da Sociedade apresenta todas as informações relevantes das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e essas informações correspondem as utilizadas por ela na sua gestão.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real - (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações financeiras apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativa e julgamento

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de realização de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas, relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão descritas a seguir:

Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de Contratos de Concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos Contratos de Concessão.

Momento de reconhecimento do ativo intangível

A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas dos Contratos de Concessão, segregando principalmente os investimentos em dois grupos: (a) investimentos que geram potencial de receita adicional; e (b) investimentos que não geram potencial de receita adicional:

(a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação/melhoria da infraestrutura.

(b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade dos contratos de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 16.

Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. O cálculo até 31 de dezembro de 2014 era efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico gerado que, normalmente, se dava devido à curva de demanda de tráfego. Assim, a taxa de amortização era determinada por meio de estudos técnicos e econômicos periódicos que buscavam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e a geração dos benefícios econômicos futuros oriundos do contrato de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a Sociedade passou a reconhecer a amortização no resultado linearmente, prospectivamente, com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Determinação das receitas de construção

De acordo com CPC 17 – Contratos de construção, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras às controladas pela Arteris. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Provisão para manutenção referente a Contratos de Concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

As principais práticas contábeis adotadas pela Sociedade e por suas controladas na elaboração das demonstrações financeiras são:

- Base de consolidação
- Combinações de negócios
- Aquisições efetuadas a partir de 1º de janeiro de 2009

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 não houve transações qualificadas como combinação de negócios.

Aquisições anteriores a 1º de janeiro de 2009

Como parte da transição para as IFRS e os CPC, a Sociedade optou por não rerepresentar as combinações de negócios anteriores a 1º de janeiro de 2009. Com relação a aquisições

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

anteriores a 1º de janeiro de 2009, o direito de outorga incorporado representa o montante reconhecido sob as práticas contábeis anteriormente adotadas. Esse direito de outorga incorporado foi alocado como parte do ativo intangível da concessão e é amortizado pelos critérios descritos na nota explicativa nº 4.4.

Princípios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas correspondem aos saldos da Sociedade e de suas controladas, em que a participação direta ou indireta é de 100% do capital votante, e estão apresentadas a seguir. Na consolidação foram eliminados os investimentos nas controladas, os saldos a receber e a pagar, as receitas e as despesas entre as empresas consolidadas.

A lista a seguir apresenta as participações nas controladas incluídas na consolidação:

<u>Controlada</u>	<u>Capital total/votante</u>		
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
	Participação Indireta	Participação Direta	Participação Direta
Autovias	-	100%	100%
Centrovias	-	100%	100%
Intervias	49%	51%	100%
Vianorte	-	100%	100%
Planalto Sul	-	100%	100%
Fluminense	-	100%	100%
Fernão Dias	-	100%	100%
Régis Bittencourt	-	100%	100%
Litoral Sul	-	100%	100%
Latina Manutenção (a)	-	100%	100%
Latina Sinalização (b)	-	100%	100%
Arteris Participações (c)	-	100%	-

(a) A Latina Manutenção, constituída em 2005, é domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2, e tem por objetivo a conservação e a exploração de atividades de construção, administração e manutenção de obras relacionadas às rodovias, administradas pelas controladas da Sociedade.

(b) A Latina Sinalização, constituída em 2008, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Rodovia Anhanguera, km 312,2 tem por objetivo a prestação de serviços de implantação e de sinalização viária e serviços correlatos. As operações da Latina Sinalização iniciaram-se durante o primeiro exercício de 2009.

(c) A Arteris Participações S.A., constituída em 2015, domiciliada no município de São Paulo, Estado de São Paulo, situada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.455 - 9º andar, Vila Nova Conceição, tem por Objetivo a participação em outras sociedades simples ou empresárias como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras. A Arteris S.A transferiu para a Arteris Participações 49% da participação que tem na Intervias.

A Sociedade possui também 4,68% do capital da STP - Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A., que tem por objetivo desenvolver negócios relacionados ao sistema de cobrança

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

eletrônica de pedágio em âmbito nacional e é registrada pelo custo, conforme demonstrado na nota explicativa nº 9.

O contexto operacional de cada uma das concessionárias de rodovias, os principais compromissos e outras informações estão divulgados na nota explicativa nº 2.

4.1 Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos mantidos para negociação por meio de resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros na categoria “disponíveis para venda” e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

A Sociedade reconhece instrumentos financeiros ativos classificados na categoria “empréstimos e recebíveis”, descritos como segue:

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto nos casos com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, em que são classificados como ativo não circulante.

Os saldos desses ativos financeiros da Sociedade e de suas controladas são formados por caixa e equivalentes de caixa (nota explicativa nº 6), contas a receber de clientes (nota explicativa nº 7), depósitos judiciais e outras contas a receber, sendo os principais critérios adotados descritos como segue:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Consistem basicamente em valores mantidos em caixa, bancos e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em montante conhecido de caixa, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e expectativa de utilização em período inferior a 90 dias.

b) Aplicações financeiras

Representadas, basicamente, por títulos de Certificado de Depósito Bancário, debêntures e cotas de fundos de investimentos, com vencimento acima de 90 dias, e estão classificadas como restritas aos financiamentos com vencimento futuro ou pela intenção de realização como investimentos da Administração da Sociedade. Os ativos financeiros estão classificados na categoria específica como ativos financeiros ao custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

c) Contas a receber

Apresentadas pelo seu valor de realização nas datas dos balanços, registradas com base nos valores nominais e não ajustadas a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e efeito irrelevante nas demonstrações financeiras. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída, se necessário, com base em estimativas de perda.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

4.2 Imobilizado

Avaliado ao custo de aquisição e/ou construção, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, para os casos de ativos qualificáveis. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas demonstradas na nota explicativa nº 11, limitadas, quando aplicável, ao prazo da concessão.

4.3 Ativo diferido

O pronunciamento técnico CPC 43 (R1) – Adoção inicial dos pronunciamentos técnicos CPC 15 a CPC 41 determina que a manutenção do saldo em conta do ativo diferido somente se aplica às demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Assim, esses saldos foram eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas para ajustá-las às normas internacionais (IFRS).

4.4 Ativo intangível

Ativo intangível oriundo dos contratos de concessão

A Sociedade reconheceu ativo intangível vinculado ao direito de cobrar pelo uso da infraestrutura das concessões estaduais, mensurado pelo valor justo no reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, que inclui os custos de empréstimos capitalizados deduzidos da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis, até 31 de dezembro de 2014 era reconhecida no resultado pela projeção da curva de demanda de tráfego até o final do período de concessão. A partir de 1º de janeiro de 2015, a amortização passou a ser reconhecida no resultado, linearmente, com base no prazo remanescente da concessão, a partir da data em que esses ativos estão disponíveis para uso, já que este método é o que passou a refletir o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporado no ativo.

Os ágios que tenham sido alocados aos direitos de concessão, assim como aqueles que não tenham sido alocados diretamente à concessão, ou outros ativos e passivos que tenham o benefício econômico limitado no tempo (prazo definido), em razão de direito de concessão com vida útil definida, compõem o saldo do ativo intangível nas demonstrações financeiras consolidadas e são amortizados pelos mesmos critérios descritos no parágrafo anterior.

4.5 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis com vida útil definida

No fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis, a fim de determinar se há indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar essa perda. Por tratar-se basicamente de concessões, a Sociedade não estima o montante recuperável de um ativo individualmente, mas o montante recuperável de seus ativos como um todo com base em seu valor em uso.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados a valor presente por uma taxa que reflita, antes dos impostos, a avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, ele é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

4.6 Custo de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificados, os quais levam, necessariamente, um período de tempo substancial para ficarem prontos para uso, são incluídos no custo de tais ativos até a data em que estejam prontos para o uso pretendido.

Os ganhos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos específicos e ainda não gastos com o ativo qualificável são deduzidos dos custos com empréstimos qualificados para capitalização.

Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos em uma conta redutora e amortizadas pelo tempo dos contratos.

4.7 Instrumentos financeiros passivos

a) Classificados como dívida ou patrimônio

Instrumentos de dívida ou instrumentos patrimoniais são classificados de uma forma ou de outra de acordo com a substância dos termos contratuais.

b) Empréstimos e financiamentos

Na data da contratação, são demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

c) Credores pela concessão

Correspondem às parcelas fixas a serem pagas ao Poder Concedente, ajustadas a valor presente à razão de 5% ao ano, conforme a nota explicativa nº 16.

As controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte ajustam a valor presente o saldo da rubrica “Credores pela concessão”, registrado no passivo, circulante e não circulante, com base nas taxas médias de encargos financeiros contratados na época em que as transações se originaram.

A constituição do ajuste a valor presente teve como contrapartida a rubrica “Intangível”, na qual está registrado o direito de outorga da concessão. A reversão do ajuste a valor presente das contas no passivo tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

d) Obrigação com o direito de exploração

Correspondem às obrigações decorrentes do direito de uso e exploração da mina de granito e gnaiss conforme o contrato de exploração. Essas obrigações referem-se, preponderantemente às parcelas fixas contabilizadas pelo valor original do contrato, ajustadas a valor presente, a partir do início do contrato de exploração à taxa de 5% ao ano, acrescidas de atualização monetária e juros incorridos até a data dos balanços. A taxa utilizada para o cálculo do ajuste a valor presente foi definida pela Administração com base nas taxas médias de juros da captação de recursos obtidos de terceiros naquela data. A contrapartida do ajuste a valor presente foi registrada na rubrica “Direito da exploração” no intangível. A reversão do ajuste a valor presente tem como contrapartida a rubrica “Despesas financeiras”, pelo transcorrer do prazo.

4.8 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

O imposto de renda e a contribuição social são apurados dentro dos critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada sobre a base tributável do exercício. A base tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada para cada empresa individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativa da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis, quando aplicável, considerando as alíquotas de 25% para o imposto de renda e 9% para a contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos são registrados com base nos ajustes a valor presente decorrentes do direito de concessão, e dos ajustes referentes a eventuais mudanças de práticas contábeis, conforme a nota explicativa nº 8.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

4.9 Arrendamento mercantil

Os arrendamentos efetuados pela Sociedade na figura de arrendatária, nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

Os arrendamentos nos quais a Sociedade e suas controladas detêm, substancialmente, todos os riscos e as recompensas da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Cada parcela paga do arrendamento é alocada parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são classificadas no passivo, circulante e não circulante, de acordo com os prazos dos contratos. Os bens do imobilizado adquiridos por meio de arrendamentos financeiros são depreciados tendo como base sua vida útil-econômica ou de acordo com os prazos dos contratos de arrendamento, quando estes forem menores.

4.10 Provisões

Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Sociedade e suas controladas têm uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. Estão atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos advogados da Sociedade e de suas controladas. O fundamento e a natureza das provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais estão descritos na nota explicativa nº 17.

4.11 Passivos ajustados ao seu valor presente

Para determinados passivos a Administração avalia e reconhece os efeitos de ajustes a valor presente levando em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a ele associadas. Os passivos sujeitos a ajustes a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- Provisão para investimentos: decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos e, portanto, reconhecidos como contrapartida do ativo intangível da concessão. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão), e descontada por meio da aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração tem como base a taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

- **Provisão para manutenção:** decorrente dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais das concessões relacionadas à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estimam a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 6,35% ao ano em 31 de dezembro de 2015 e de 2014. A Administração revisa a taxa de desconto periodicamente. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros real livre de risco, uma vez que as projeções de fluxos das obrigações foram preparadas por seus valores reais em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e não consideram riscos adicionais de fluxo de caixa.
- **Credores da concessão:** decorrentes das obrigações assumidas pela Sociedade relacionadas ao direito de outorga. A mensuração dos respectivos valores presentes foi calculada pelo método do fluxo de caixa descontado, considerando as datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações, e descontada pela aplicação da taxa de 5% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na taxa de juros efetiva livre de risco, e deve ser adotada consistentemente desde o registro inicial da concessão até a realização das obrigações.

Os saldos reais e a valor presente de passivos, circulante e não circulante, nas datas dos balanços estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
<u>Circulantes</u>		
Provisão para investimentos em rodovias – real	61.333	100.002
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>56.711</u>	<u>98.280</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(4.622)</u>	<u>(1.722)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	178.476	99.089
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>173.524</u>	<u>95.258</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(4.952)</u>	<u>(3.831)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	81.872	76.389
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>79.765</u>	<u>74.452</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(2.107)</u>	<u>(1.937)</u>
<u>Não circulantes</u>		
Provisão para investimentos em rodovias - real	66.151	30.220
Provisão para investimentos em rodovias a valor presente	<u>63.604</u>	<u>26.120</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(2.547)</u>	<u>(4.100)</u>
Provisão para manutenção em rodovias - real	530.536	526.111
Provisão para manutenção em rodovias a valor presente	<u>457.361</u>	<u>443.244</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(73.175)</u>	<u>(82.867)</u>
Credores pela concessão em rodovias - real (*)	119.300	182.525
Credores pela concessão em rodovias a valor presente (*)	<u>108.926</u>	<u>163.048</u>
Efeito do ajuste a valor presente	<u>(10.374)</u>	<u>(19.477)</u>

(*) Incluem a parcela variável conforme nota explicativa nº 16.

A recomposição dos saldos aos seus valores reais nas datas dos balanços pela passagem do tempo é reconhecida como despesa financeira no resultado do exercício.

4.12 Reconhecimento de receita

Contratos de construção qualificados e classificados como serviços de construção

A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão das obras realizadas. A receita de operação ou serviço é reconhecida no exercício em que os serviços são prestados.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Receitas oriundas das cobranças de pedágios ou tarifas decorrentes dos direitos de concessão

Essas receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de deduções. A receita é reconhecida no exercício de competência, ou seja, quando da utilização pelos usuários dos bens públicos objeto da concessão.

4.13 Receitas e despesas financeiras

Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente.

4.14 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos propostos” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade, conforme divulgado na nota explicativa nº18.

4.15 Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada e distribuída pela Sociedade durante determinado exercício e é apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, não sendo uma informação obrigatória pelas IFRS.

A DVA foi preparada a partir das informações contábeis que servem de base à preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Sociedade, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, as outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição dessa riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

4.16 Normas e interpretações novas e revisadas e emitidas

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e International Financial Reporting Standards Interpretations Committee - IFRIC, a seguir, foram publicados ou revisados, mas ainda não têm adoção obrigatória, além de não terem sido objeto de normatização pelo CPC e, dessa forma, não foram aplicados antecipadamente pela Sociedade e suas investidas nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Eles serão adotados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Sociedade ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos desses novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IFRS 11 – Contabilizações para aquisições de participações em operações em conjunto	Fornece as orientações sobre como contabilizar a aquisição de participação em uma operação conjunta na qual as atividades constituem um negócio conforme definido na IFRS 3 – Combinações de negócios.	(1)
Alterações a IAS 16 a IAS 38 – Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações a IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações a IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível.	(1)
Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Vendas ou contribuição em ativos entre investidor e associada ou joint venture	As alterações lidam com situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture.	(1)
Alterações à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 28 entidades de investimento: aplicação da exceção para consolidação	As alterações esclarecem que a isenção de preparar demonstrações financeiras consolidadas vale para uma entidade controladora que seja a controlada de uma entidade de investimento, mesmo que a entidade de investimento avalie todas as suas controladas ao valor justo de acordo com a IFRS 10.	(1)
Alterações à IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa	Fornece as esclarecimentos sobre a melhoria das informações apresentadas aos usuários das demonstrações financeiras sobre as atividades de financiamento.	(2)
Alterações à IAS 12 – Tributos sobre o lucro	Fornece as alterações sobre o reconhecimento e mensuração de imposto diferido ativo sobre prejuízos fiscais.	(2)
IFRS 15 – Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes.	(3)
IFRS 9 – Instrumentos financeiros	Revisão em 2014 contém exigências para: a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; b) metodologia de redução ao valor recuperável; c) contabilização geral de hedge.	(3)
IFRS 16 – Arrendamento Mercantil	Estabelece os princípios para a identificação, o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação de arrendamentos mercantis, tanto por parte de arrendatários como de arrendadores e substituirá o IAS 17 – Arrendamentos Mercantis, bem como interpretações correlatas.	(4)

(1) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(2) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017;

(3) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018;

(4) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019;

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

As alterações às IFRS mencionadas anteriormente ainda não foram editadas pelo CPC. No entanto, em decorrência do compromisso do CPC e do Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) de manter atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações e modificações feitas pelo IASB, é esperado que essas alterações e modificações fossem editadas pelo CPC e aprovadas pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória. A Administração da Sociedade não espera que essas alterações tenham efeito sobre as demonstrações financeiras. Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do exercício ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade.

Adicionalmente, o pronunciamento e a interpretação emitidos pelo IASB, listado a seguir, entrou em vigor no presente exercício. Não há impactos dessa alteração, uma vez que não é aplicável a Sociedade.

Pronunciamento	Descrição
Alterações à IAS 19 - Planos de benefícios definidos – contribuições dos empregados	Esclarece como uma entidade deve contabilizar as contribuições feitas por empregados ou terceiros que estejam relacionadas aos serviços prestados aos planos de benefícios definidos, levando em consideração se essas contribuições dependem da quantidade de anos de serviços prestados pelo empregado.
Alterações as IFRSs – Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2011-2013 (aplicáveis a partir de 1º de julho de 2014)	As alterações incluídas nas Melhorias Anuais nas IFRS ciclo 2010-2012 e ciclo 2011-2013 não tiveram impacto significativo sobre as divulgações ou valores reconhecidos nas demonstrações financeiras da Sociedade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

5. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

A Administração da Sociedade identificou uma reclassificação nos montantes de juros divulgados nas demonstrações de fluxo de caixa no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014, conforme apresentado a seguir. Deste modo, a Sociedade está reapresentando estas demonstrações dos fluxos de caixa de 31 de dezembro de 2014.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

	Consolidado		
	Emitido anteriormente 31.12.2014	Ajuste	Notas Reapresentado 31.12.2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido do período	456.860	-	456.860
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais:		-	
Depreciações e amortizações	344.689	-	344.689
Amortização de ágio em investimentos	-	-	-
Baixa de ativos permanentes	27.774	-	27.774
Imposto de renda e contribuição social diferidos	2.169	-	2.169
Variação monetária e juros sobre credores pela concessão	22.105	-	22.105
Receita com aplicações financeiras vinculadas	(18.236)	-	(18.236)
Juros e variações monetárias de empréstimos	107.214	-	107.214
Juros e variações monetárias de debêntures	277.108	-	277.108
IR e CSLL diferidos	-	-	-
Despesa / (receitas) financeira dos ajustes a valor presente	26.754	-	26.754
Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	10.343	-	10.343
Constituição (reversão) de provisão para manutenção	103.071	-	103.071
Equivalência patrimonial	-	-	-
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber	(27.353)	-	(27.353)
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	-
Estoques	(2.288)	-	(2.288)
Despesas antecipadas	(6.862)	-	(6.862)
Impostos a recuperar	(11.472)	-	(11.472)
Adiantamentos para novos projetos	-	-	-
Outros créditos	(1.115)	-	(1.115)
Cauções contratuais	263	-	263
Depósitos judiciais	(33.731)	-	(33.731)
Outras contas a receber	(18)	-	(18)
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores	(85.979)	-	(85.979)
Fornecedores - partes relacionadas	(2)	-	(2)
Cauções contratuais de fornecedores	10.107	-	10.107
Obrigações sociais	(3.084)	-	(3.084)
Obrigações fiscais	142.609	-	142.609
Imposto de renda e contribuição social pagos	(152.365)	-	(152.365)
Receita diferida	34	-	34
Contas a pagar - partes relacionadas	-	-	-
Sinistros Recebidos	(21.250)	-	(21.250)
Outras contas a pagar	53	-	53
Credores pela concessão	126	-	126
Riscos cíveis trabalhistas e fiscais	(6.932)	-	(6.932)
Outros passivos	(176.788)	176.788	(a) -
Pagamento de juros	-	(349.167)	(b) (349.167)
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	983.804	(172.379)	811.425

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

Aquisições de itens do ativo imobilizado	(19.515)	-	(19.515)
Aquisições de itens do intangível	(1.721.640)	-	(1.721.640)
Adiantamentos para novos projetos	-	-	-
Aplicação financeira vinculada	(219.135)	-	(219.135)
Valor resgatado das aplicações vinculadas	86.802	-	86.802
Adições aos investimentos	-	-	-
Redução de capital de controlada	-	-	-
Recebimento de dividendos - exercícios anteriores	-	-	-
Recebimento de juros sobre o capital próprio	-	-	-
Recebimento de dividendos	-	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(1.873.488)</u>	<u>-</u>	<u>(1.873.488)</u>

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

Empréstimos e financiamentos:

Captações	773.255	-	773.255
Pagamentos	(147.148)	-	(147.148)
Pagamentos - juros	(912)	912 (b)	-
Debêntures:			-
Emissão de debêntures	1.321.138	-	1.321.138
Pagamentos de debêntures - principal	(130.262)	-	(130.262)
Pagamentos de debêntures - juros	(171.467)	171.467 (b)	-
Pagamento de credores pela concessão	(71.570)	-	(71.570)
Pagamento de dividendos	(202.810)	-	(202.810)
Empréstimos empresas ligadas	-	-	-
Outros pagamentos de juros	-	-	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades de financiamento	1.370.224	172.379	1.542.603
(REDUÇÃO) AUMENTO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	480.540	-	480.540
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO EXERCÍCIO	929.911	-	929.911
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO EXERCÍCIO	<u>1.410.451</u>	<u>-</u>	<u>1.410.451</u>

(a) Reclassificação dos juros anteriormente registrado na rubrica de outros passivos para a rubrica de pagamento de juros.

(b) Seguindo a recomendação do CPC 03 a sociedade reclassificou os juros pagos da atividade de financiamento para a atividade operacional.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Caixa e contas bancárias	140	83	16.105	17.928
Aplicações financeiras (*)	<u>127.222</u>	<u>109.433</u>	<u>472.424</u>	<u>1.392.523</u>
Total	<u><u>127.362</u></u>	<u><u>109.516</u></u>	<u><u>488.529</u></u>	<u><u>1.410.451</u></u>

(*) Representadas por aplicações com liquidez imediata, insignificante risco de mudança de valor e vencimento inferior a 90 dias da data da aquisição, cuja composição da carteira nas respectivas datas é apresentada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Certificados de Depósito Bancário – CDB	-	-	7.202	12.890
Debêntures compromissadas	-	-	12.614	129.714
Fundos de investimentos	<u>127.222</u>	<u>109.433</u>	<u>452.608</u>	<u>1.249.919</u>
Total	<u><u>127.222</u></u>	<u><u>109.433</u></u>	<u><u>472.424</u></u>	<u><u>1.392.523</u></u>

As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos exclusivos, com liquidez diária e remuneração equivalente, na média, a 100,30% do CDI, tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito.

7. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31.12.2015</u>		<u>31.12.2014</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Pedágio eletrônico a receber(*)	133.938	-	137.923	-
Cupons de pedágio a receber	1.775	-	4.302	-
Cartões de pedágio a receber	3.882	-	937	-
Receitas acessórias a receber	13.535	7.929	10.900	-
Outras receitas a receber	-	235	-	235
	<u><u>153.130</u></u>	<u><u>8.164</u></u>	<u><u>154.062</u></u>	<u><u>235</u></u>

(*) Conforme nota explicativa nº 25 c.

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2015. O prazo

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam em um período maior de recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Estão representados por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Ativo não circulante		
Bases do ativo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	310.886	91.692
Provisão de participação nos lucros	14.880	13.632
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	13.485	11.167
Direito de concessão incorporado (c)	(17.387)	(19.152)
Ágio incorporado da SPR (d)	-	5.078
Outras provisões	1.759	-
Provisão para manutenção de rodovias	531.755	414.049
Ajuste dos encargos financeiros	28.396	18.204
Diferido gastos pré-operacionais (Federais)	45.272	59.382
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (e)		
Diferenças ativas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	85.381	85.381
Amortização ativa dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(34.636)	(14.817)
Diferenças passivas de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	(239.416)	(124.367)
Amortização passiva dos ajustes - mudança de práticas contábeis	13.542	-
Estorno de capitalização de juros	<u>761</u>	<u>652</u>
Base de cálculo	<u>754.678</u>	<u>540.901</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>256.591</u>	<u>183.906</u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivo não circulante		
Bases do passivo diferido:		
Prejuízo fiscal (a)	(51.544)	(83.773)
Provisão de participação nos lucros	(5.028)	(4.839)
Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais (b)	(3.565)	(3.965)
Outras provisões	(1.599)	-
Provisão para manutenção de rodovias	(99.130)	(118.302)
Ajuste dos encargos financeiros	(10.688)	(14.077)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (e)		
Diferenças de intangível, diferido e imobilizado, líquidas.	377.843	491.245
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(20.764)	-
Estorno de capitalização de juros	<u>(612)</u>	<u>(719)</u>
Base de cálculo	<u>184.913</u>	<u>265.570</u>
Alíquota nominal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>62.870</u>	<u>90.294</u>

- (a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

futuros das concessionárias Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul e Latina Manutenção.

- (b) Referem-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na “parte B” do LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (d) Crédito decorrente do processo de incorporação da SPR - Sociedade para Participações em Rodovias S.A., antiga controladora da Vianorte, constituído sobre a parcela do ágio amortizado pela SPR no período de dezembro de 2006 a setembro de 2010, a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (e) Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada da Lei no 12.973/14 conforme previsto, para o exercício de 2014 nas seguintes controladas: Autovias e Centrovias. As demais controladas fizeram a adoção quando da entrada da Lei em vigor em 1º de janeiro de 2015. Desta forma, as controladas da Sociedade congelaram os saldos referente às mudanças de práticas contábeis e passaram a amortizar o saldo residual dos ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

A Sociedade possui créditos fiscais, mas que não estão sendo constituídos devido ser uma holding e não gerar resultado tributável.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração.

A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, são como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo não circulante

2017	81.741
2018	52.269
2019	16.152
2020	24.607
Após 2021	81.822
	<u>256.591</u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Passivo não circulante

2017	8.437
2018	3.612
2019	3.612
2020	3.612
Após 2021	43.597
	<u>62.870</u>

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade e suas controladas mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos e debêntures. Abaixo encontra-se breve descrição dessas obrigações:

Debêntures - Sinking Fund

Como garantia ao fiel e total cumprimento das obrigações assumidas, as concessionárias estaduais vêm retendo e depositando diariamente parte de sua arrecadação para fazer frente ao pagamento do principal e dos juros anuais da 2ª série de debêntures, para que ao final de cada período de juros ou amortização de principal o valor referente ao pagamento esteja constituído. Esses recursos são mantidos em fundo de investimento constituído especificamente para essa finalidade. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, essas aplicações foram remuneradas em média a 98,10% da variação do CDI.

BNDES

As concessionárias federais devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das receitas operacionais (entre 43% e 58% da arrecadação das praças de pedágio).

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

As controladas federais da Sociedade devem manter depositado em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente do contrato de financiamento. Este valor é sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, essas aplicações foram remuneradas em média a 98,96% da variação do CDI.

Os valores dessas aplicações são como segue:

	<u>Consolidado</u>			
	<u>31.12.2015</u>		<u>31.12.2014</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não Circulante</u>
Debêntures	154.171	-	174.377	55
BNDES	-	85.872	-	84.805
	<u>154.171</u>	<u>85.872</u>	<u>174.377</u>	<u>84.860</u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

10. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como segue:

31.12.2015							
	<u>Ações</u>	<u>Participação capital</u>	<u>Patrimônio</u>	<u>Ativo Total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Receita</u>	<u>Lucro /</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>(%)</u>	<u>líquido</u>			<u>Líquida</u>	<u>(Prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100%	183.343	701.745	518.402	341.861	83.308
Centrovias	101.483.834	100%	129.334	659.543	530.209	382.943	96.851
Intervias	2.219.666	51%	161.024	1.367.471	1.206.447	456.043	125.132
Vianorte	1.132.038	100%	155.950	541.197	385.247	308.771	69.992
Planalto Sul	284.614.544	100%	221.924	989.287	767.363	279.373	(41.462)
Fluminense	209.187.870	100%	363.007	1.491.065	1.128.058	462.616	(9.487)
Fernão Dias	505.442.685	100%	383.922	1.696.402	1.312.480	445.830	(66.371)
Régis Bittencourt	231.912.406	100%	562.635	2.131.079	1.568.444	669.640	(11.543)
Litoral Sul	326.892.720	100%	384.465	1.758.242	1.373.777	480.886	(42.292)
Latina Manutenção (*)	2.133.205	100%	30.878	90.613	59.735	269.420	(12.624)
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	15.072	23.099	8.027	35.379	4.988
Arteris Participações	104.557	100%	79.492	79.881	389	-	(25.065)

(*) Cotas.

31.12.2014							
	<u>Ações</u>	<u>Participação capital</u>	<u>Patrimônio</u>	<u>Ativo Total</u>	<u>Passivo Total</u>	<u>Receita</u>	<u>Lucro /</u>
	<u>Ordinárias</u>	<u>(%)</u>	<u>líquido</u>			<u>Líquida</u>	<u>(Prejuízo)</u>
Autovias	125.040.451	100%	190.949	842.537	651.588	373.161	99.861
Centrovias	101.483.834	100%	147.612	855.392	707.780	347.702	120.223
Intervias	4.352.285	100%	198.975	1.353.720	1.154.745	401.525	142.876
Vianorte	1.132.038	100%	170.760	684.850	514.090	319.473	96.075
Planalto Sul	242.629.494	100%	228.386	812.520	584.134	302.810	(8.150)
Fluminense	160.011.942	100%	285.494	1.250.036	964.542	483.753	11.221
Fernão Dias	340.732.128	100%	315.293	1.617.465	1.302.172	486.973	(15.472)
Régis Bittencourt	209.396.514	100%	519.179	1.774.947	1.255.768	681.165	17.953
Litoral Sul	252.630.712	100%	341.759	1.452.849	1.111.090	621.570	(216)
Paulista (*)	500.000	100%	-	-	-	-	(42)
Latina Manutenção (*)	2.133.205	100%	43.501	115.603	72.102	453.444	(801)
Latina Sinalização (*)	250.000	100%	15.084	18.529	3.445	34.918	3.690

(*) Cotas.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

A movimentação dos saldos de investimentos na controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é como segue:

	Controladora				Saldos em 31.12.2015
	Saldos em 31.12.2014	Aporte de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial do período	
Autovias	190.949	-	(90.914)	83.308	183.343
Centrovias	147.612	-	(115.129)	96.851	129.334
Intervias	198.975	(104.557)	(162.106)	149.811	82.123
Vianorte	170.760	-	(84.802)	69.992	155.950
Planalto Sul	228.386	35.000	-	(41.462)	221.924
Fluminense	285.494	87.000	-	(9.487)	363.007
Fernão Dias	315.293	135.000	-	(66.371)	383.922
Régis Bittencourt	519.179	54.999	-	(11.543)	562.635
Litoral Sul	341.759	84.998	-	(42.292)	384.465
Latina Manutenção	43.501	-	-	(12.623)	30.878
Latina Sinalização	15.084	-	(5.000)	4.988	15.072
Arteris Participações	-	104.557	-	(25.065)	79.492
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	2.458.045	396.997	(457.951)	196.107	2.593.198

A movimentação dos saldos de investimentos na controladora no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 é como segue:

	Saldos em 31.12.2013	Incorporação da Paulista pela Latina Manutenção	Aporte de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial do exercício	Saldos em 31.12.2014
	Autovias	188.769	-	-	(97.681)	99.861
Centrovias	147.038	-	4.980	(124.629)	120.223	147.612
Intervias	200.863	-	-	(144.764)	142.876	198.975
Vianorte	155.386	-	-	(80.701)	96.075	170.760
Planalto Sul	156.536	-	80.000	-	(8.150)	228.386
Fluminense	182.723	-	94.215	(2.665)	11.221	285.494
Fernão Dias	290.765	-	40.000	-	(15.472)	315.293
Régis Bittencourt	343.814	-	161.676	(4.264)	17.953	519.179
Litoral Sul	259.232	-	82.743	-	(216)	341.759
Paulista	1.905	(1.863)	-	-	(42)	-
Latina Manutenção	42.440	1.863	-	-	(801)	43.501
Latina Sinalização	18.394	-	-	(7.000)	3.690	15.084
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	1.034	-	-	-	-	1.034
Outros investimentos	19	-	-	-	-	19
Total	1.988.918	-	463.614	(461.704)	467.218	2.458.045

Em 14 de abril de 2014 foi aprovada a incorporação da Paulista Gerenciamento de Rodovias Ltda. ("Paulista") pela Latina Manutenção de Rodovias Ltda. ("Latina Manutenção"), ambas as sociedades controladas pela Arteris. A incorporação da Paulista pela Latina Manutenção integra projeto de reorganização societária do grupo, que visa à melhor organização das suas atividades, ao aumento de eficiência econômica e ganho de sinergias, diminuição de custos operacionais e financeiros e simplificação da estrutura societária.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

44

11. IMOBILIZADO

A movimentação é como segue:

Custo do imobilizado	Controladora					Total
	Móveis Utensílios e Instalações	Instalações, Edifícios e Dependências	Benfeitorias em Bens de Terceiros	Outras imobilizações	Terrenos	
Saldo em 31.12.2013	2.650	2.782	2.711	2.309	586	11.038
Adições	725	-	4.086	935	-	5.746
Alienações/baixas	-	-	(2.223)	(196)	-	(2.419)
Saldo em 31.12.2014	3.375	2.782	4.574	3.048	586	14.365
Adições	43	43	13	2.222	-	2.321
Saldo em 31.12.2015	3.418	2.825	4.587	5.270	586	16.686
<u>Depreciação acumulada</u>						
Saldo em 31.12.2013	(2.132)	(1.064)	(2.178)	(569)	-	(5.943)
Depreciações	(289)	(111)	(752)	(420)	-	(1.572)
Transferências/Reclassificações	793	-	-	(793)	-	-
Alienações/baixas	-	-	2.139	184	-	2.323
Saldo em 31.12.2014	(1.628)	(1.175)	(791)	(1.598)	-	(5.192)
Depreciações	(277)	(145)	(1.110)	(341)	-	(1.873)
Saldo em 31.12.2015	(1.905)	(1.320)	(1.901)	(1.939)	-	(7.065)
<u>Imobilizado Líquido</u>						
Saldo em 31.12.2014	1.747	1.607	3.783	1.450	586	9.173
Saldo em 31.12.2015	1.513	1.505	2.686	3.331	586	9.621
Taxas de depreciação - %	10	4	55,5	10		

Notas Explicativas

45

Custo do imobilizado	Consolidado										Total
	Móveis, Utensílios e Instalações	Computadores e Periféricos	Veículos	Instalações, Edifícios e Dependências	Terrenos	Máquinas e Equipamentos	Outras Imobilizações	Imobilizado em Andamento			
Saldo em 31.12.2013	16.785	7.019	16.335	19.373	586	26.365	2.415	299			89.177
Adições	2.662	1.722	4.772	4.965	-	5.231	973	15.855			36.180
Transferências/Reclassificações (a)	443	(118)	1.403	(8.135)	-	3.255	-	(4.921)			(8.073)
Alienações/baixas	(310)	(449)	(74)	(2.235)	-	(3.320)	(223)	(8)			(6.619)
Saldo em 31.12.2014	19.580	8.174	22.436	13.968	586	31.531	3.165	11.225			110.665
Adições	1.354	1.309	576	1.007	-	1.747	2.222	7.284			15.499
Transferências/Reclassificações (a)	(784)	22	(1.212)	8.972	-	7.607	-	(17.402)			(2.797)
Alienações/baixas	(306)	(75)	(886)	(4)	-	(399)	(20)	-			(1.690)
Saldo em 31.12.2015	19.844	9.430	20.914	23.943	586	40.486	5.367	1.107			121.677
Depreciação acumulada											
Saldo em 31.12.2013	(9.658)	(5.102)	(10.256)	(5.508)	-	(11.671)	(605)	-			(42.800)
Depreciações	(1.750)	(1.364)	(2.720)	(1.462)	-	(3.069)	(432)	-			(10.797)
Transferências/Reclassificações (a)	555	562	(13)	727	-	328	(793)	-			1.366
Alienações/baixas	106	71	27	2.139	-	523	186	-			3.052
Saldo em 31.12.2014	(10.747)	(5.833)	(12.962)	(4.104)	-	(13.889)	(1.644)	-			(49.179)
Depreciações	(1.879)	(797)	(2.380)	(2.216)	-	(3.774)	(380)	-			(11.426)
Transferências/Reclassificações (a)	508	7	66	53	-	(399)	-	-			235
Alienações/baixas	217	67	518	2	-	293	10	-			1.107
Saldo em 31.12.2015	(11.901)	(6.556)	(14.758)	(6.265)	-	(17.769)	(2.014)	-			(59.263)
Imobilizado líquido											
Saldo em 31.12.2014	8.833	2.341	9.474	9.864	586	17.642	1.521	11.225			61.486
Saldo em 31.12.2015	7.943	2.874	6.156	17.678	586	22.717	3.353	1.107			62.414
Taxas de depreciação - %	9	20	20	13	-	12	16,67				

(a) Refere-se à transferência de imobilizado para intangível

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

12. INTANGÍVEL

A movimentação é como segue:

<u>Custo do intangível</u>	<u>Controladora</u>		
	<u>Softwares</u>	<u>Intangível em andamento (a)</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31.12.2013	<u>1.465</u>	<u>-</u>	<u>1.465</u>
Adições	<u>287</u>	<u>8.675</u>	<u>8.962</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>1.752</u>	<u>8.675</u>	<u>10.427</u>
Adições	<u>100</u>	<u>11.873</u>	<u>11.973</u>
Alienações/baixas	<u>-</u>	<u>(1)</u>	<u>(1)</u>
Saldo em 31.12.2015	<u>1.852</u>	<u>20.547</u>	<u>22.399</u>
<u>Amortização acumulada:</u>			
Saldo em 31.12.2013	<u>(806)</u>	<u>-</u>	<u>(806)</u>
Amortização	<u>(230)</u>	<u>-</u>	<u>(230)</u>
Saldo em 31.12.2014	<u>(1.036)</u>	<u>-</u>	<u>(1.036)</u>
Amortização	<u>(251)</u>	<u>-</u>	<u>(251)</u>
Saldo em 31.12.2015	<u>(1.287)</u>	<u>-</u>	<u>(1.287)</u>
<u>Intangível líquido:</u>			
Saldo em 31.12.2014	716	8.675	9.391
Saldo em 31.12.2015	565	20.547	21.112
Taxa de amortização %	20%	20%	20%

(a) Refere-se aos gastos com a implantação do Sistema SAP, com previsão de conclusão em 2016.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Custo do intangível	Consolidado							Total
	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Software	Direito de exploração (d)	Intangível em andamento (e)	Adiantamento fornecedores	
Saldo em 31.12.2013	6.224.431	351.939	144.380	20.275	9.997	1.173.983	3.452	7.928.457
Adições	506.527	-	-	12.252	-	1.312.593	12.180	1.843.552
Transferências/Reclassificações	664.225	-	-	40	-	(642.539)	(13.653)	8.073
Alienações/baixas	(974)	-	-	(248)	-	(23.157)	(312)	(24.691)
Saldo em 31.12.2014	7.394.209	351.939	144.380	32.319	9.997	1.820.880	1.667	9.755.391
Adições	401.454	-	-	14.645	2.944	1.338.327	(502)	1.756.868
Transferências/Reclassificações	469.090	-	-	485	-	(466.795)	(39)	2.741
Alienações/baixas	(12.927)	-	-	(131)	-	(3.969)	(656)	(17.683)
Saldo em 31.12.2015	8.251.826	351.939	144.380	47.318	12.941	2.688.443	470	11.497.317
Amortização acumulada								
Saldo em 31.12.2013	(1.714.222)	(219.649)	(76.388)	(11.670)	(3.059)	-	-	(2.024.988)
Amortização	(292.225)	(28.034)	(9.918)	(2.141)	(1.574)	-	-	(333.892)
Transferência/Reclassificação	(1.378)	-	-	12	-	-	-	(1.366)
Alienações/baixas	491	-	-	(7)	-	-	-	484
Saldo em 31.12.2014	(2.007.334)	(247.683)	(86.306)	(13.806)	(4.633)	-	-	(2.359.762)
Amortização	(463.324)	(33.907)	(11.489)	(2.706)	(1.754)	-	-	(513.180)
Transferência/Reclassificação	-	-	-	(178)	-	-	-	(178)
Alienações/baixas	2.543	309	-	3	-	-	-	2.855
Saldo em 31.12.2015	(2.468.115)	(281.281)	(97.795)	(16.687)	(6.387)	-	-	(2.870.265)
Intangível líquido								
Saldo em 31.12.2014	5.386.875	104.256	58.074	18.513	5.364	1.820.880	1.667	7.395.629
Saldo em 31.12.2015	5.783.711	70.658	46.585	30.631	6.554	2.688.443	470	8.627.052

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente prospectivamente a partir

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.

- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 16.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente prospectivamente a partir de 1º de janeiro de 2015 até o final do período da concessão. Até 31 de dezembro de 2014, a amortização era feita com base na curva de tráfego até o prazo final da concessão.
- (d) Refere-se a valor assumido para exploração de granito e gnaisses a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.
- (e) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Estão representados por:

Série	Encargos anuais	Vencimento	31.12.2015		31.12.2014		
			Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	
Autovias:							
Financiamento de veículos (b)	6,0% a.a.	out/17	428	355	286	782	
			<u>428</u>	<u>355</u>	<u>286</u>	<u>782</u>	
Centrovias:							
Financiamento de veículos (b)	6,0% a.a.	out/17	428	355	286	782	
			<u>428</u>	<u>355</u>	<u>286</u>	<u>782</u>	
Vianorte:							
Financiamento de veículos (b)	6,0% a.a.	nov/17	428	327	317	754	
			<u>428</u>	<u>327</u>	<u>317</u>	<u>754</u>	
Planalto Sul:							
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,58% a.a.	dez/25	22.735	268.378	18.030	285.878	
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,62% a.a.	mar/27	-	34.834	-	-	
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	IPCA + 8,99% a.a.	jan/27	-	16.174	-	-	
			<u>22.735</u>	<u>319.386</u>	<u>18.030</u>	<u>285.878</u>	
Fluminense:							
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,45 a.a.	nov/26	36.357	662.578	25.518	586.940	
			<u>36.357</u>	<u>662.578</u>	<u>25.518</u>	<u>586.940</u>	
Fernão Dias							
Financiamento de equipamentos – (FINAME) (b)	6% a.a.	jun/19	236	584	287	818	
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21%	mar/26	48.991	542.041	43.989	584.896	
			<u>49.227</u>	<u>542.625</u>	<u>44.276</u>	<u>585.714</u>	
Régis Bittencourt							
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,21% a.a.	dez/24	80.761	838.719	66.937	781.636	
			<u>80.761</u>	<u>838.719</u>	<u>66.937</u>	<u>781.636</u>	
Litoral Sul:							
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	TJLP + 2,32% a.a.	jun/26	37.898	516.416	32.706	464.147	
			<u>37.898</u>	<u>516.416</u>	<u>32.706</u>	<u>464.147</u>	
Latina Manutenção:							
Financiamento de equipamentos – (FINAME) (b)	TJLP + 4,5% a.a.	mar/16	141	-	3.119	139	
Capital de giro (d)	112,5% CDI	mai/17	5.919	4.927	6.007	9.855	
Leasing (c)	De 2,10% a 3,7% + CDI e 15,8%	fev/16	174	-	1.383	170	
			<u>6.234</u>	<u>4.927</u>	<u>10.509</u>	<u>10.164</u>	
Total			<u>234.496</u>	<u>2.885.688</u>	<u>198.865</u>	<u>2.716.797</u>	

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo.

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para financiamento das obras e dos serviços de

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.

- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias.
- (c) Contratos modelo leasing financeiro, firmados com instituições financeiras para aquisição de veículos, equipamentos de informática e outros equipamentos. As garantias apresentadas são os próprios bens.
- (d) Cédulas de crédito bancário celebrado com instituição financeira para aquisição de bens imobilizados para a instalação da Usina de São José, com prazo de amortização de 36 meses, a partir da data de formalização da transação, cuja garantia é o aval da Arteris.

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	253.407
2018	284.852
2019	305.275
2020	959.960
Após 2021	<u>1.082.194</u>
	<u>2.885.688</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado. Dentre essas cláusulas, as principais são as seguintes:

- a) Manter em situação regular suas obrigações com os órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência dos contratos de financiamento.
- b) Não sofrer sanção de multa por inadimplemento dos contratos de concessão, com decisão administrativa final, correspondente a infrações relacionadas a seguros ou prestação de garantias determinados pela ANTT.
- c) Apresentar semestralmente, ao BNDES, até a final liquidação dos contratos, balanços auditados por empresa de auditoria independente registrada na CVM.
- d) Exceto no caso de expressa anuência do BNDES, não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório nem pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos até a conclusão física dos projetos financiados.
- e) Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre capital próprio que não seja imputado ao mínimo obrigatório de dividendos, pagamento de juros dos mútuos ou amortização de principal desses mútuos quando a relação entre o patrimônio líquido e o passivo total for inferior a 20%.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

f) Não conceder mútuos a qualquer acionista sem a prévia e expressa autorização do BNDES.

g) Não apresentar, sem prévia e expressa autorização do BNDES, saldo devedor que represente mais de 15% da receita bruta, adotando-se as seguintes definições e condições exclusivamente para o fim de verificação de inadimplemento desta condição:

1) Receita bruta: receita bruta apurada conforme a legislação contábil vigente, auferida no exercício anual anterior, verificada pela documentação estipulada, valor este que servirá de parâmetro até a divulgação do balanço do próximo exercício.

2) Saldo devedor: saldo de dívidas contratadas e efetivamente tomadas com terceiros, incluindo principal, juros e todos os demais encargos.

3) Ficam excluídos do cômputo os valores referentes:

3.1 À contratação de financiamentos cuja finalidade seja exclusivamente a aquisição de equipamentos para a operação das concessionárias.

3.2 Aos mútuos concedidos às concessionárias por qualquer acionista, desde que a taxa de juros não seja superior a 2% (dois por cento) acima do CDI ou 8% (oito por cento) acima do IPCA, conforme o indexador da taxa de juros dos contratos de mútuo.

3.3 Aos saldos devedores referentes ao crédito decorrente dos contratos.

h) Não realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

i) Não ceder, alienar, transferir, vender, caucionar, empenhar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar os direitos cedidos ou sua respectiva aplicação financeira sem prévio e exposto consentimento do BNDES.

j) Manter depositado na conta reserva, até a final liquidação de todas as obrigações assumidas pelas concessionárias nos contratos de financiamentos, o valor mínimo do equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrente dos contratos de financiamento.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

k) Além das hipóteses indicadas acima, o BNDES poderá decretar o vencimento antecipado dos contratos e exigir imediatamente a dívida, nas seguintes hipóteses:

(a) Inadimplemento de quaisquer obrigações assumidas perante o BNDES e suas subsidiárias, por parte de empresa ou entidade integrante do grupo econômico.

(b) A redução do quadro de pessoal sem atendimento ao programa de treinamento aprovado pelo BNDES.

(c) A existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente.

(d) A alteração, sem prévio conhecimento do BNDES, ou extinção dos contratos de concessão.

(e) O descumprimento da obrigação estabelecida no cálculo do índice ICSD mencionado anteriormente.

A Concessionárias Federais tiveram seus índices de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD abaixo de 1,3. Conforme mencionado no item “h” acima as Concessionárias Federais não fizeram nenhuma ação que descumpra esta cláusula restritiva.

Do acionista

a) Submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração, a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão das concessionárias, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração das concessionárias ou em transferência do controle acionário das concessionárias, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador das concessionárias.

b) Não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social das concessionárias, de dispositivo que importe em restrições à capacidade de crescimento ou desenvolvimento tecnológico das concessionárias ou que importem em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES.

c) Suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social das concessionárias, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto.

d) Manter, durante a vigência dos contratos, suas atuais participações no capital social das concessionárias, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social das concessionárias, sem prévia e expressa anuência do BNDES.

e) Manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência dos contratos, a totalidade das ações emitidas pelas concessionárias.

f) Na hipótese de extinção dos contratos de concessão por inadimplemento resultante de atos ou omissões das concessionárias ou ainda por falência ou recuperação judicial das concessionárias, pagar, de forma solidária, o equivalente a 25% do saldo devedor perante o BNDES, em até noventa dias a contar do término dos contratos de concessão, independentemente do recebimento de qualquer indenização por parte do Poder Concedente.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Após o pagamento ao BNDES dessa indenização, a interveniente deverá pagar ao BNDES, de forma solidária, no prazo máximo de sessenta dias a partir deste pagamento, qualquer diferença existente entre os saldos devedores remanescentes e o valor da indenização.

g) Caso a indenização não ocorra no prazo de 12 meses a contar do término do contrato de Concessão, as intervenientes deverão pagar o saldo devedor restante em até 60 dias após expirado prazo.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das demonstrações financeiras. O valor justo dos empréstimos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

14. DEBÊNTURES

Estão representadas por:

				Controladora			
				31.12.2015		31.12.2014	
Série	Quantidade emitida unitária	Taxas contratuais (%)	Vencimentos	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
1ª emissão (d)	20.000	CDI + 1,4% a.a.	jul/15	-	-	230.372	-
2ª emissão (i)	30.000	CDI + 2,00% a.a.	out/17	-	198.418	-	309.154
3ª emissão (k)	<u>75.000</u>	CDI + 2,00% a.a.	dez/16	864.146	-	-	-
	<u>125.000</u>			<u>864.146</u>	<u>198.418</u>	<u>230.372</u>	<u>309.154</u>
Custo de transação				(4.980)	-	-	-
				<u>859.166</u>	<u>198.418</u>	<u>230.372</u>	<u>309.154</u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

				<u>Consolidado</u>			
<u>Série</u>	<u>Quantidade emitida unitária</u>	<u>Taxas contratuais (%)</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>31.12.2015</u>		<u>31.12.2014</u>	
				<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Arteris:							
1ª emissão (d)	20.000	CDI + 1,4% a.a.	jul/15	-	-	230.372	-
2ª emissão (i)	30.000	CDI + 2% a.a.	out/17	-	198.418	-	309.154
3ª emissão (k)	<u>75.000</u>	CDI + 2,00% a.a.	dez/16	864.146	-	-	-
	<u>125.000</u>			<u>864.146</u>	<u>198.418</u>	<u>230.372</u>	<u>309.154</u>
Custo de transação				(4.980)	-	-	-
				<u>859.166</u>	<u>198.418</u>	<u>230.372</u>	<u>309.154</u>
Autovias:							
1ª emissão - 2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	mar/17	74.662	49.518	63.524	104.984
3ª emissão (c)	<u>30.000</u>	CDI + 0,83% a.a.	ago/17	106.616	108.000	108.912	204.000
	<u>150.000</u>			<u>181.278</u>	<u>157.518</u>	<u>172.436</u>	<u>308.984</u>
Custo de transação				(371)	(106)	(619)	(477)
				<u>180.907</u>	<u>157.412</u>	<u>171.817</u>	<u>308.507</u>
Centrovias:							
1ª emissão -2ª série (a)	120.000	IPCA + 8% a.a.	mar/17	77.438	46.742	62.890	105.618
2º emissão (f)	<u>40.000</u>	CDI+0,99% a.a.	jun/18	115.370	171.520	115.379	285.760
	<u>160.000</u>			<u>192.808</u>	<u>218.262</u>	<u>178.269</u>	<u>391.378</u>
Custo de transação				(574)	(325)	(896)	(899)
				<u>192.234</u>	<u>217.937</u>	<u>177.373</u>	<u>390.479</u>
Intervias:							
3ª emissão (c)	60.000	CDI + 1,09% a.a.	set/18	220.909	402.000	19.128	600.000
4ª emissão – 1ª série (g)	15.000	CDI+1,10% a.a.	out/19	4.586	150.000	3.811	150.000
4ª emissão – 2ª série (g)	<u>22.500</u>	IPCA+5,96% a.a.	out/19	30.301	225.000	5.546	225.000
	<u>97.500</u>			<u>255.796</u>	<u>777.000</u>	<u>28.485</u>	<u>975.000</u>
Custo de transação				(1.384)	(2.313)	(1.424)	(3.698)
				<u>254.412</u>	<u>774.687</u>	<u>27.061</u>	<u>971.302</u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Vianorte:

1ª emissão - 2ª série (a)	100.000	IPCA + 8% a.a.	mar/17	61.935	41.509	52.408	88.015
2ª emissão (b)	<u>15.000</u>	CDI + 0,86% a.a.	mar/17	<u>63.590</u>	<u>30.000</u>	<u>64.892</u>	<u>90.000</u>
	<u>115.000</u>			<u>125.525</u>	<u>71.509</u>	<u>117.300</u>	<u>178.015</u>
Custo de transação				(219)	(33)	(426)	(252)
				<u>125.306</u>	<u>71.476</u>	<u>116.874</u>	<u>177.763</u>

Planalto Sul:

1ª emissão (e)	1.390	CDI + 1,4% a.a.	jul/15	-	-	16.011	-
2ª emissão (j)	<u>10.000</u>	IPCA+8,17% a.a.	dez/25	-	120.472	-	-
	<u>11.390</u>			-	<u>120.472</u>	<u>16.011</u>	-
Custo de transação				-	(1.098)	(12)	(167)
				-	<u>119.374</u>	<u>15.999</u>	<u>(167)</u>

Fluminense:

1ª emissão (e)	<u>2.250</u>	CDI + 1,4% a.a.	jul/15	-	-	25.917	-
	<u>2.250</u>			-	-	<u>25.917</u>	-
Custo de transação				-	-	(17)	-
				-	-	<u>25.900</u>	-

Fernão Dias

1ª emissão (e)	3.370	CDI + 1,4% a.a.	jul/15	-	-	38.818	-
2ª emissão (h)	<u>10.000</u>	CDI + 1,15% a.a.	jun/16	115.127	-	-	100.530
	<u>13.370</u>			<u>115.127</u>	-	<u>38.818</u>	<u>100.530</u>
Custo de transação				(237)	-	(251)	(109)
				<u>114.890</u>	-	<u>38.567</u>	<u>100.421</u>

Régis Bittencourt

1ª emissão (e)	<u>3.940</u>	CDI + 1,4% a.a.	jul/15	-	-	45.383	-
	<u>3.940</u>			-	-	<u>45.383</u>	-
Custo de transação				-	-	-	-
				-	-	<u>45.383</u>	-

Litoral Sul:

1ª emissão (e)	<u>2.610</u>	CDI + 1,4% a.a.	jul/15	-	-	30.064	-
	<u>2.610</u>			-	-	<u>30.064</u>	-
Custo de transação				-	-	(25)	-
				-	-	<u>30.039</u>	-

Total

				<u>1.726.915</u>	<u>1.539.304</u>	<u>879.384</u>	<u>2.257.459</u>
--	--	--	--	------------------	------------------	----------------	------------------

- (a) 1ª emissão de debêntures 2ª série das estaduais de 15 de março de 2010 com valor nominal unitário de mil reais cada uma.
- (b) 2ª emissão de debêntures em série única da Vianorte de 20 de março de 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.
- (c) 3ª emissão de debêntures em série única da concessionária Intervias emitidas em 25 de setembro de 2013 com valor nominal unitário dez mil reais, e a 3ª emissão de debêntures em série única da Autovias emitidas em 18 de dezembro de 2013 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.
- (d) 1ª emissão de debêntures em série única da Controladora emitida em 04 de outubro de 2013 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.
- (e) 1ª emissão de debêntures das concessionárias federais em série única emitidas em 04 de outubro de 2013 com valor nominal e unitário de dez mil reais cada uma.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

- (f) 2ª emissão de debêntures da Centrovias em série única emitidas em 20 de março de 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.
- (g) 4ª emissão de debêntures da Intervias em duas séries com emissão do contrato em 15 de outubro de 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais.
- (h) 2ª emissão de debêntures da Fernão Dias em série única emitida em 15 de dezembro 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.
- (i) 2ª emissão da Controladora emitida em 01 de outubro de 2014 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.
- (j) 2ª emissão de debêntures da Planalto Sul com emissão em 15 de dezembro de 2014 com valor real unitário de R\$10 (dez mil reais) cada uma. A integralização dessa emissão ocorreu em abril de 2015.
- (k) 3ª emissão da Controladora emitida em 19 de junho de 2015 com valor nominal unitário de dez mil reais cada uma.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxo de caixa de financiamento na controladora, pois essas debêntures foram captadas e repassadas através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro de suas subsidiárias federais.

As debêntures foram subscritas pelo seu valor real unitário acrescido, para as debêntures da 2ª série, da respectiva atualização monetária e, para todas as debêntures, da remuneração incidente entre a data de emissão e a data da efetiva integralização, conforme descrito a seguir:

	Consolidado		Data integralização	Valor Subscrito
	Data emissão	Valor nominal		
1ª Emissão - Estaduais				
2ª Série	15.03.10	340.000	27.04.10	345.382
2ª Emissão - Centrovias e Vianorte	20.03.14	550.000	25.03.14	550.722
3ª Emissão - Autovias e Intervias	25.09.13 e 18.12.13	900.000	07.10.13 e 26.12.13	902.168
4ª Emissão - Intervias	15.10.14	375.000	05.11.14	377.640
1ª Emissão - Federais	04.10.13	135.600	03.10.13 a 09.10.13	141.338
2ª Emissão - Federais	15.12.14	100.000	23.12.14	100.530
2ª Emissão - Federais	15.12.14	100.000	08.04.15	100.000
1ª Emissão - Arteris	04.10.13	200.000	08.10.13	200.156
2ª Emissão - Arteris	01.10.14	300.000	01.10.14	302.486
3ª Emissão - Arteris	19.06.15	750.000	03.07.15	754.408
		<u>3.750.600</u>		<u>3.774.830</u>

A remuneração das debêntures da 1ª emissão - 2ª série das concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte é paga anualmente todo dia 15 do mês de março, a partir de 2011, e amortizada anualmente desde 15 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão da concessionária Intervias é paga semestralmente todo dia 25 dos meses de março e setembro a partir de 2014 e amortizada em 3 parcelas anuais, desde 25 de setembro de 2016.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão da concessionária Autovias é paga semestralmente, todo dia 20 dos meses de fevereiro e agosto a partir de 2014 e amortizada em 6 parcelas semestrais, desde fevereiro de 2015.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

A remuneração das debêntures da 2ª emissão da concessionária Centrovias é paga semestralmente todo dia 20 dos meses de julho e dezembro a partir de 20 de dezembro e amortizada semestralmente em 7 parcelas, desde 20 de junho de 2015.

A remuneração das debêntures da 4ª emissão – 1ª série da concessionária Intervias é paga semestralmente todo dia 15 dos meses de abril e outubro a partir de 2015 e amortizada em 3 parcelas anuais, desde 15 de outubro de 2017.

A remuneração das debêntures da 4ª emissão – 2ª série da concessionária Intervias é paga anualmente todo dia 15 do mês de outubro desde 2015 e amortizada em parcela única em 15 de outubro de 2019.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão da concessionária Vianorte é paga semestralmente todo dia 20 dos meses de setembro e março desde 2014 e amortizada em 3 parcelas semestrais desde 20 de março de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão da concessionária Planalto Sul é paga anualmente todo dia 15 de dezembro, desde 2016 e amortizada em 7 parcelas anuais desde 15 de dezembro de 2019.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão da concessionária Fernão Dias será paga e amortizada em parcela única em 15 de junho de 2016.

A remuneração das debêntures da 1ª emissão das concessionárias federais foi paga e amortizada em parcela única em 04 de julho de 2015.

A remuneração das debêntures da 2ª emissão da Controladora é paga semestralmente todo dia 1 dos meses de abril e outubro desde 2015 e amortizada em 3 parcelas semestrais, desde 1 de outubro de 2016.

A remuneração das debêntures da 3ª emissão da Controladora é paga semestralmente todo dia 19 dos meses de junho e de dezembro desde 2015 e será amortizada em parcela única em 19 de dezembro de 2//016.

A remuneração das debêntures da 1ª emissão da Controladora foi paga e amortizada em parcela única em 4 de julho de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

	Controladora
Ano de vencimento	
2017	198.418
	<u>198.418</u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

	Consolidado
Ano de vencimento	
2017	834.872
2018	310.465
2019	276.629
Após 2020	117.338
	<u>1.539.304</u>

As debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª emissão das concessionárias estaduais contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme estipulados nas cláusulas de vencimento antecipado constantes nas escrituras de emissão de cada uma das emissões, arquivado na CVM. Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures da 2ª série da 1ª emissão são garantidas por:

1. Penhor de 51% das ações de emissão das emissoras Autovias, Centrovias e Vianorte. O percentual de penhor será reduzido periodicamente, conforme as debêntures forem sendo amortizadas.
2. Cessão Fiduciária de 80% dos direitos creditórios decorrentes da exploração das praças de pedágio. O percentual da cessão será proporcionalmente reduzido à medida que as debêntures forem amortizadas.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos direitos creditórios de indenização.
4. Todas as cotas de emissão do fundo de investimento (“Sinking Fund”), conforme descrito na nota explicativa nº9.

As debêntures emitidas pela controladora, assim como as debentures emitidas pelas concessionárias estaduais e federais contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme divulgado na seção “Escrituras e adiantamentos de debêntures”, arquivado na CVM.

Para não descumprir cláusulas do contrato do BNDES a controlada Fernão Dias, obteve junto a este órgão aprovação para emissão da 2ª emissão de debêntures em 16 de outubro de 2014.

As debêntures da 2ª emissão da Controladora são garantidas por:

1. Cessão de 49% dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos à controladora pelas concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte.
2. Cessão de 100% dos recursos depositados em conta vinculada em que os dividendos pagos à controladora pelas concessionárias Autovias, Centrovias e Vianorte são depositados.

As debêntures da 3ª emissão da Controladora são garantidas por:

1. Cessão da totalidade dos dividendos e juros sobre capital próprio pagos à controladora pela concessionária Intervias.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

2. Cessão de 100% dos recursos depositados em conta vinculada em que os dividendos pagos à controladora pela concessionária Intervias são depositados.
3. Alienação fiduciária da totalidade das ações de emissão de sociedade controlada integralmente pela controladora, que por sua vez, é a detentora direta de 49% das ações da Intervias.

As debêntures da 2ª emissão da concessionária Fernão Dias são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

As debêntures da 1ª emissão das concessionárias federais e da 2ª emissão da concessionária Fernão Dias são garantidas por aval prestado pela Arteris S.A., em favor dos debenturistas.

As debêntures de 2ª emissão da concessionária Planalto Sul são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas, não apresentavam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

15. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos para capital de giro e execução do plano de investimentos do grupo.

Os saldos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 e as transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, com partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a receber - partes relacionadas:		
Controladas:		
Autovias (a)	1.568	1.024
Centrovias (a)	1.518	1.101
Intervias (a)	1.588	1.114
Vianorte (a)	1.314	964
Planalto Sul (a)	473	332
Fluminense (a)	1.186	517
Fernão Dias (a)	1.722	727
Régis Bittencourt (a)	1.731	881
Litoral Sul (a)	930	634
Latina Manutenção (a)	3.234	1.505
Latina Sinalização (a)	151	141
Autovias (d)	4.324	4.913
Centrovias (d)	2.982	3.386
Intervias (d)	4.679	4.783
Vianorte (d)	5.508	2.572
Planalto Sul (b)	22.229	16.823
Fluminense (b)	22.607	56.804
Fernão Dias (b)	44.678	32.730
Régis Bittencourt (b)	19.692	14.393
Litoral Sul (b)	48.515	81.758
Partes relacionadas:		
SPI	-	1
Total	<u>190.629</u>	<u>227.103</u>

	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Dividendos a receber de controladas:		
Fluminense (k)	-	2.665
Régis Bittencourt (k)	-	4.264
Serviço e Tecnologia de Pagamentos S.A.	6.223	-
Total	<u>6.223</u>	<u>6.929</u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

<u>Ativo não circulante</u>	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a receber partes relacionadas - Mútuos controladas:		
Planalto Sul (b)	176.898	160.075
Fluminense (b)	181.961	165.833
Fernão Dias (b)	360.455	337.639
Régis Bittencourt (b)	161.772	147.379
Litoral Sul (b)	<u>393.767</u>	<u>332.853</u>
Total	<u>1.274.853</u>	<u>1.143.779</u>

	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a receber partes relacionadas - Debêntures controladas:		
Planalto Sul (e)	29.710	-
Fluminense (f)	127.151	-
Fernão Dias (i)	20.938	-
Régis Bittencourt (g)	270.998	-
Litoral Sul (h)	<u>218.260</u>	<u>-</u>
Total	<u>667.057</u>	<u>-</u>

Total não circulante	<u>1.941.910</u>	<u>1.143.779</u>
----------------------	------------------	------------------

<u>Passivo circulante</u>	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimos e financiamentos a controladas:		
Autovias (c)	28.669	33.225
Centrovias (c)	32.062	24.702
Intervias (c)	48.256	31.493
Vianorte (c)	<u>23.231</u>	<u>17.622</u>
Total	<u>132.218</u>	<u>107.042</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Contas a pagar:				
Partes relacionadas:				
Fluminense (a)	44	-	-	-
Fernão Dias (a)	13	-	-	-
Régis Bittencourt (a)	43	-	-	-
Participes en Brasil S.L.	<u>-</u>	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>152</u>
Total	<u>100</u>	<u>152</u>	<u>-</u>	<u>152</u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

<u>Passivo não circulante</u>	<u>Controladora (*)</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Empréstimos e financiamentos de controladas- Mútuos:		
Autovias (c)	253.201	354.230
Centrovias (c)	296.580	294.201
Intervias (c)	403.239	311.745
Vianorte (c)	181.696	164.075
Total	<u>1.134.716</u>	<u>1.124.251</u>
Contas a receber partes relacionadas - Debêntures controladas:		
Intervias (j)	<u>256.679</u>	<u>-</u>
Total	<u>256.679</u>	<u>-</u>
Total	<u>1.391.395</u>	<u>1.124.251</u>

- (a) Referem-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. Para aumentar a eficiência do atual critério em relação ao processo de rateio de custos, agilizar o processo administrativo e garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo, a Sociedade adotou em 2014 um novo critério de rateio dos custos imputáveis a todas as empresas do Grupo. Este critério ajusta os percentuais rateados de custos que são distribuídos em base à receita das empresas do Grupo. Esta mudança não altera o resultado operacional consolidado.
- (b) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,4% ao ano com vencimentos de juros a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017.
- (c) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,4% ao ano com vencimentos de juros, a partir de dezembro de 2015 e do principal a partir de dezembro de 2017.
- (d) Refere-se a juros sobre capital próprio a receber.
- (e) Refere-se a instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autopista Planalto Sul S.A (Emissora) e Arteris S.A (Debenturista), cuja destinação de recursos será destinada para execução do plano de investimentos da Emissora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,4% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para 29 de março de 2017.
- (f) Refere-se a instrumento particular de escritura de 2ª emissão de debêntures simples, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autopista Fluminense S.A (Emissora) e Arteris S.A (Debenturista), cuja destinação de recursos será destinada para a execução do plano de investimentos da Emissora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para 10 de abril de 2017.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

- (g) Refere-se a instrumentos particulares de escrita de 2ª e 3ª emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrados entre a Autopista Régis Bittencourt S.A (Emissora) e Arteris S.A (Debenturista), cuja destinação de recursos será para execução do plano de investimentos da Emissora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros, da 2ª emissão, previsto para 27 de abril de 2017, e da 3ª emissão previsto para 25 de junho de 2017.
- (h) Refere-se a instrumento particular de escrita de 3ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autopista Litoral Sul S.A (Emissora) e Arteris S.A (Debenturista), cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Emissora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para 28 de abril de 2017.
- (i) Refere-se a instrumento particular de escrita de 3ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Autopista Fernão Dias S.A (Emissora) e Arteris S.A (Debenturista), cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Emissora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para 19 de agosto de 2017.
- (j) Refere-se a instrumento particular de escrita de 4ª emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A - Intervias (Emissora) e Arteris S.A (Debenturista), cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Emissora. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do DI (Depósito Interfinanceiro) acrescida de spread de 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para 25 de junho de 2017.
- (k) Dividendos recebidos em 10 de abril de 2015

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas (despesas) financeiras líquidas:		
Controladas:		
Autovias	(44.340)	(39.088)
Centrovias	(46.751)	(29.061)
Intervias	(76.396)	(37.051)
Vianorte	(27.331)	(20.731)
Planalto Sul	29.262	19.792
Fluminense	37.882	19.846
Fernão Dias	53.767	38.507
Régis Bittencourt	42.962	16.933
Litoral Sul	<u>77.705</u>	<u>37.458</u>
Total	<u><u>46.760</u></u>	<u><u>6.605</u></u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade reconheceu o montante de R\$5.112 (R\$6.111 em 31 de dezembro de 2014) na Controladora e R\$20.616 e (R\$19.259 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado, a título de remuneração de seus administradores. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas controladas, bem como não possuem benefícios indiretos significativos.

A Sociedade concede a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo desta participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento efetuado no exercício seguinte conforme mensuração do atingimento das metas e objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para Participação nos Lucros e Resultados (PLR) registrados em 31 de dezembro de 2015, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$5.783 na Controladora (R\$7.647 em 31 de dezembro de 2014) e R\$27.714 (R\$28.595 em 31 de dezembro de 2014) no consolidado.

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, objetivos e pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade e suas controladas provêm a seus empregados benefícios de assistência médica, reembolso odontológico e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, sempre que necessário essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

<u>Circulante</u>		<u>Consolidado</u>			
		<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
		<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Autovias	Direito de outorga	8.191	7.634	8.413	7.838
	Parcela variável (a)	443	441	443	441
Centrovias	Direito de outorga	12.255	11.422	12.587	11.727
	Parcela variável (a)	490	490	490	490
Intervias	Direito de outorga	7.626	7.108	7.833	7.298
	Parcela variável (a)(b)	624	605	624	605
Vianorte	Direito de outorga	49.718	46.336	51.064	47.574
	Parcela variável (a)	418	416	418	416
Total		<u>79.765</u>	<u>74.452</u>	<u>81.872</u>	<u>76.389</u>

<u>Não circulante</u>		<u>Consolidado</u>			
		<u>Valor presente</u>		<u>Valor real em(*)</u>	
		<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Autovias	Direito de outorga	13.211	18.669	14.472	20.948
Centrovias	Direito de outorga	16.903	25.464	18.406	28.402
Intervias	Direito de outorga	21.997	25.738	24.928	29.867
Vianorte	Direito de outorga	56.815	93.177	61.494	103.308
Total		<u>108.926</u>	<u>163.048</u>	<u>119.300</u>	<u>182.525</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do exercício, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o Conselho Diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas da concessionária).

(b) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Em 27 de junho de 2015 foi publicada no Diário Oficial do Estado, Autorização da Artesp acerca do reajuste das tarifas de pedágio a partir de 1 de julho de 2015 pelo índice IGP-M.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

A quantidade de parcelas a partir de 31 de dezembro de 2015 está assim representada:

	<u>Circulante</u>	<u>Parcelas</u>	
		<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Autovias	12	20	32
Centrovias	12	17	29
Intervias	12	37	49
Vianorte	12	14	26

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 ao Poder Concedente estão assim representados:

	<u>Outorga</u>		<u>Valor pago</u>
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	
Autovias	7.980	5.185	13.165
Centrovias	11.940	5.589	17.529
Intervias	7.430	7.181	14.611
Vianorte	48.443	4.852	53.295
Total	<u>75.793</u>	<u>22.807</u>	<u>98.600</u>

Em 31 de dezembro de 2015, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2017	74.268
2018	23.435
Após 2019	<u>11.223</u>
	<u>108.926</u>

O modelo de concessões de rodovias federais não compreende esta forma de pagamentos de ônus da concessão ao poder concedente. A modalidade adotada nesse modelo de exploração da concessão foi o de oferta de menor valor de tarifa básica de pedágio a ser cobrada dos usuários, havendo apenas a obrigação de uma verba destinada à cobertura de despesa com a fiscalização da concessão.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

17. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas e fiscais

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação do saldo consolidado dos riscos cíveis, trabalhistas e fiscais durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

	<u>31.12.2014</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2015</u>
Cíveis	7.483	8.624	(4.434)	(3.331)	38	8.380
Trabalhistas	7.715	5.537	(3.528)	(549)	(38)	9.137
Total	<u>15.198</u>	<u>14.161</u>	<u>(7.962)</u>	<u>(3.880)</u>	<u>-</u>	<u>17.517</u>

	<u>31.12.2013</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Utilizações</u>	<u>Encargos</u>	<u>31.12.2014</u>
Cíveis	5.858	13.740	(5.606)	(6.509)	-	7.483
Trabalhistas	5.929	9.093	(6.884)	(423)	-	7.715
Total	<u>11.787</u>	<u>22.833</u>	<u>(12.490)</u>	<u>(6.932)</u>	<u>-</u>	<u>15.198</u>

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas, fiscais e outros, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam os montantes de R\$8.423, R\$5.912, R\$2.238 e R\$859, respectivamente em cada natureza de risco, em 31 de dezembro de 2015 (R\$7.295, R\$5.404, R\$3.773 e R\$49 em 31 de dezembro de 2014).

Os depósitos judiciais nos montantes de R\$6.266 e R\$111.437, na controladora e no consolidado, respectivamente em 31 de dezembro de 2015 (R\$5.113 e R\$54.103 em 31 de dezembro de 2014), classificados no ativo não circulante, referem-se, nas controladas, a discussões judiciais para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. O aumento do saldo de depósitos judiciais no consolidado, em relação a 31 de dezembro de 2014, refere-se a indenizações para desapropriação de obras na faixa de domínio previstas nos contratos de concessão.

O saldo de R\$ 111.437 de depósitos judiciais no consolidado é composto da seguinte forma, em 31 de dezembro de 2015: R\$62.791 referentes a indenizações para desapropriações de obras nas concessionárias federais, R\$32.547 referentes a ações das concessionárias federais em face da ANTT, com o objetivo de anular autos de infração impostos pela agência, e R\$16.099 referente a depósitos, de naturezas diversas, das concessionárias estaduais e da controladora.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Provisão para manutenção e investimentos

A contabilização das provisões de manutenção e de investimentos nas rodovias é calculada, respectivamente, com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos com reparos e substituições e serviços de construção e melhorias, sendo na provisão de investimentos considerados os valores até o final da concessão e na de manutenção considerados os valores da próxima intervenção.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015 é conforme segue:

Consolidado

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2014	95.258	98.280	443.244	26.120
Adições	-	-	172.802	1.007
Utilizações	(122.592)	(4.414)	-	-
Ajuste a valor presente	-	(2.644)	42.173	1.966
Transferências	<u>200.858</u>	<u>(34.511)</u>	<u>(200.858)</u>	<u>34.511</u>
Saldo em 31.12.2015	<u><u>173.524</u></u>	<u><u>56.711</u></u>	<u><u>457.361</u></u>	<u><u>63.604</u></u>

<u>Provisões</u>	<u>Circulante</u>		<u>Não circulante</u>	
	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias	Manutenção em rodovias	Investimentos em rodovias
Saldos em 31.12.2013	71.043	68.489	401.395	43.151
Adições	-	9.892	103.071	-
Utilizações	(59.849)	(889)	-	-
Ajuste a valor presente	-	1.003	22.842	2.754
Transferências	<u>84.064</u>	<u>19.785</u>	<u>(84.064)</u>	<u>(19.785)</u>
Saldos em 31.12.2014	<u><u>95.258</u></u>	<u><u>98.280</u></u>	<u><u>443.244</u></u>	<u><u>26.120</u></u>

Os pagamentos efetuados no exercício findo em 31 de dezembro de 2015, referente às manutenções realizadas, foram de R\$144.077.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

- a) O capital social em 31 de dezembro de 2015 é de R\$1.033.198 (R\$873.822 em 31 de dezembro de 2014) e está representado por 344.444.440 ações ordinárias sem valor nominal, conforme demonstrado a seguir:

	<u>Quantidade de ações subscritas</u>	<u>Participação - %</u>
Participes em Brasil S.A.	238.563.305	69,26
Conselho de Administração	5	-
Outros	<u>105.881.130</u>	<u>30,74</u>
Total	<u><u>344.444.440</u></u>	<u><u>100,00</u></u>

A Sociedade aprovou em assembleia geral ordinária e extraordinária de 8 de abril de 2015 aumento de capital com reservas de lucros no valor de R\$ 159.376, sem emissão de novas ações.

- b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos (Controladora):

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O cálculo dos dividendos estatutários em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 está demonstrado a seguir:

	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro líquido do exercício	140.085	447.370
Reserva legal de 5%	(7.004)	(22.369)
Base de cálculo	<u>133.081</u>	<u>425.001</u>
Dividendos estatutários obrigatórios	25%	25%
Total	<u><u>33.270</u></u>	<u><u>106.250</u></u>
Dividendos antecipados	-	(79.222)
Dividendos propostos	<u>33.270</u>	<u>27.028</u>
	<u><u>33.270</u></u>	<u><u>(52.194)</u></u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

19. RECEITAS

Estão representadas por:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita de serviços prestados	2.438.765	2.431.851
Receita de serviços de construção	1.554.486	1.757.447
Outras receitas	<u>54.198</u>	<u>47.060</u>
	<u>4.047.449</u>	<u>4.236.358</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receita bruta	4.047.449	4.236.358
ISSQN	(124.034)	(123.318)
PIS	(16.780)	(17.271)
COFINS	(77.451)	(76.084)
Outras deduções	<u>(1.221)</u>	<u>(1.552)</u>
Receita líquida	<u>3.827.963</u>	<u>4.018.133</u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

20. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(530)	(1.193)
Serviços de terceiros	(3.169)	921
Manutenção de bens e conservação	(130)	(26)
Depreciação / Amortização	(2.124)	(1.802)
Seguros/Garantias	(144)	(1)
Consumo	(98)	(65)
Transportes	(58)	(140)
Outros	<u>(1.022)</u>	<u>(1.518)</u>
Total	<u><u>(7.275)</u></u>	<u><u>(3.824)</u></u>
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Despesas:		
Com pessoal	(92.833)	(77.557)
Serviços de terceiros	(34.556)	(39.433)
Manutenção de bens e conservação	(2.556)	(1.652)
Depreciação / Amortização	(7.795)	(7.903)
Contingências	(5.286)	(9.576)
Seguros/Garantias	(242)	(1.854)
Consumo	(18.442)	(18.137)
Transportes	(5.617)	(5.312)
Outros	<u>(25.580)</u>	<u>(20.662)</u>
Total	<u><u>(192.907)</u></u>	<u><u>(182.086)</u></u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Custos:		
Custos de serviços da Construção	(1.554.486)	(1.757.447)
Com pessoal	(156.804)	(141.455)
Serviços de terceiros	(159.897)	(174.293)
Conservação	(115.418)	(104.936)
Manut./Conserv. Móveis/imóveis	(13.411)	(12.182)
Consumo	(33.072)	(26.931)
Transportes	(36.414)	(33.184)
Verba de Fiscalização (Federais)	(41.401)	(38.773)
Recursos para Desenvolvimento Tecnológico (Federais)	(3.552)	(3.265)
Seguros / Garantias	(23.804)	(23.174)
Custos com poder concedente	(22.830)	(22.660)
Provisão de manutenção em rodovias	(196.823)	(145.463)
Depreciação / Amortização	(516.811)	(336.786)
Outros	(13.507)	8.079
Total	<u>(2.888.230)</u>	<u>(2.812.470)</u>

21. RESULTADO FINANCEIRO

Estão representados por:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	241.578	134.161
Aplicações financeiras	31.560	9.228
Outras receitas	888	73
Total	<u>274.026</u>	<u>143.462</u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(312.165)	(157.968)
Outras despesas	(15.150)	(4.557)
Total	<u>(327.315)</u>	<u>(162.525)</u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Receitas financeiras:		
Juros ativos	1.434	4.256
Aplicações financeiras	151.112	122.514
Encargos financeiros - reversão de ajuste a valor presente	6.276	-
Outras receitas	<u>5.916</u>	<u>605</u>
Total	<u><u>164.738</u></u>	<u><u>127.375</u></u>
Despesas financeiras:		
Encargos financeiros	(542.529)	(383.045)
Atualização monetária do ônus da concessão	(26.961)	(22.093)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	(49.443)	(26.958)
Outras despesas	<u>(40.925)</u>	<u>(17.977)</u>
Total	<u><u>(659.858)</u></u>	<u><u>(450.073)</u></u>

22. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**a) Caixa e equivalentes de caixa**

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Integralização de capital – reservas de lucro	159.376	101.405
Integralização de capital – Mútuo	10.000	-

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	230.688	60.151
Integralização de capital – reservas de lucro	159.376	101.405
Juros capitalizados	174.759	78.426

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Transações de caixa em investimentos que envolvem adições no exercício:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do exercício.	(422.934)	(119.994)

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

23. RECONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 são como segue:

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	140.085	448.511
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	(47.629)	(152.493)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Equivalência patrimonial	66.676	158.853
Juros sobre o capital próprio recebido	(10.593)	(8.499)
Outros ajustes	<u>(8.454)</u>	<u>998</u>
Despesa contabilizada	<u>-</u>	<u>(1.141)</u>
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	-	(1.141)
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	238.535	690.157
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de	(81.102)	(234.653)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outros ajustes	<u>(8.091)</u>	<u>1.356</u>
Despesa contabilizada	<u>(89.193)</u>	<u>(233.297)</u>
 Despesas de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(189.306)	(231.128)
Diferidos	<u>100.113</u>	<u>(2.169)</u>
	<u>(89.193)</u>	<u>(233.297)</u>

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas de empresas que não atenderam às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

Em 11 de novembro de 2013 foi editada a Medida Provisória – MP 627 convertida em Lei nº 12.973 em 13 de maio de 2014 introduzindo modificações nas regras tributárias e eliminando o Regime de Tributação Transitória – RTT adotado pela Sociedade e suas controladas para fins de apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada conforme previsto em Lei, para o exercício de 2014 nas seguintes controladas: Autovias e Centrovias. As demais controladas fizeram a adoção quando da entrada da Lei em vigor em 1º de janeiro de 2015.

Os ajustes efetuados não foram relevantes para o resultado individual e consolidado da Sociedade.

24. LUCRO POR AÇÃO

As tabelas a seguir reconciliam o lucro líquido e a média ponderada do valor por ação utilizados para o cálculo do lucro básico e do lucro diluído por ação.

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro líquido do exercício	140.085	447.370
Número de ações durante o ano	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>
Lucro por ação	<u><u>0,4067</u></u>	<u><u>1,2988</u></u>

	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Lucro líquido do exercício	149.342	456.860
Número de ações durante o ano	<u>344.444</u>	<u>344.444</u>
Lucro por ação	<u><u>0,4336</u></u>	<u><u>1,3264</u></u>

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação, pois não houve durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Gestão de risco de capital

A Administração da Sociedade gerencia seus recursos a fim de assegurar a continuidade dos negócios e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos, além de prover retorno aos acionistas.

A estrutura de capital da Sociedade consiste em passivos financeiros, caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e patrimônio líquido, compreendendo o capital social e as reservas de lucros.

Periodicamente, a Administração revisa a estrutura de capital e sua habilidade em liquidar os seus passivos, bem como monitora tempestivamente o prazo médio de fornecedores em relação

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

ao prazo médio de giro dos ativos circulantes, tomando as ações necessárias quando a relação entre esses saldos apresentar ativo maior que o passivo.

Os objetivos da Sociedade ao administrar seu capital são de salvaguarda da capacidade e continuidade das operações, oferecendo retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir custo e maximizar os recursos para aplicação em novos investimentos e investimentos nos negócios existentes.

Valor justo dos instrumentos financeiros contabilizados ao custo amortizado

Os instrumentos financeiros mantidos pela Sociedade são registrados ao custo amortizado e aproximam-se de seu valor justo, devido ao que segue:

Empréstimos e financiamentos e debêntures: são substancialmente contratados a taxas de juros pós-fixadas.

Contas a receber e fornecedores: possuem prazo médio de 30 dias.

Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas: estão substancialmente indexados ao CDI.

Uma vez que a natureza, a característica e as condições contratadas estão refletidas nos saldos contábeis, os saldos elegíveis são ajustados a valor presente quando aplicável. A Sociedade e suas controladas não detiveram instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos de riscos semelhantes. Diferenças poderiam ocorrer se tais valores fossem liquidados antecipadamente.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Ativos	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis	Empréstimos recebíveis
Caixa e equivalentes de caixa	127.362	109.516	488.529	1.410.451
Partes relacionadas	2.132.539	1.370.882	-	-
Contas a receber	-	-	161.294	154.297
Aplicações financeiras vinculadas	-	-	240.043	259.237
Outros créditos	1.543	1.314	5.001	6.874

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>	<u>31.12.2015</u>	<u>31.12.2014</u>
Passivos	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Fornecedores e cauções contratuais	6.246	2.809	220.404	204.647
Empréstimos e financiamentos	-	-	3.120.184	2.915.662
Debêntures	1.057.584	539.526	3.266.219	3.136.843
Partes relacionadas	1.523.713	1.231.445	-	152
Credores pela concessão	-	-	188.691	237.500
Outras contas a pagar	6.718	2.756	26.755	10.165

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

(*) Refere-se à hierarquia para determinação do valor justo.

Não existem diferenças entre o valor de custo amortizado e o valor justo nos instrumentos financeiros da Sociedade.

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

Em 31 de dezembro de 2015, a Sociedade e suas controladas não apresentavam saldo relevante de ativo ou passivo denominado em moeda estrangeira.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de dezembro de 2015, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% e uma redução de 25% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I</u> <u>(provável)</u>	<u>Cenário II</u> <u>(+ 25%)</u>	<u>Cenário III</u> <u>(+50%)</u>	<u>Cenário IV</u> <u>(- 25%)</u>
CDI	13,75%	17,19%	20,63%	10,31%
Juros a incorrer(*)	(216.296)	(267.690)	(318.516)	(172.363)
Receita de aplicações financeiras	77.630	99.243	116.430	58.667
Juros a incorrer CDI líquido(*)	(138.666)	(168.447)	(202.086)	(113.696)
TJLP	7,50%	9,38%	11,25%	5,63%
Juros a incorrer(*)	(250.682)	(306.043)	(361.376)	(195.288)
Juros a incorrer TJLP líquido(*)	(250.682)	(306.043)	(361.376)	(195.288)
IPCA	7,44%	9,30%	11,16%	5,58%
Juros a Incorrer(*)	(90.176)	(101.048)	(112.355)	(78.250)
Juros a incorrer IPCA líquido(*)	<u>(90.176)</u>	<u>(101.048)</u>	<u>(112.355)</u>	<u>(78.250)</u>
Juros a incorrer líquido(*)	<u>(479.524)</u>	<u>(575.538)</u>	<u>(675.817)</u>	<u>(387.234)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Referem-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2015 as controladas apresentavam valores a receber no valor de R\$133.938 (R\$137.923 em 31 de dezembro de 2014) das empresas CGMP - Centro de

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

Gestão de Meios de Pagamento S.A., Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio (“Sem Parar”), registrados na rubrica “Contas a receber”.

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

<u>Modalidade</u>	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2018</u>	<u>2019</u>	2020 em diante	<u>Total</u>
Debêntures - CDI (Estadual)	14,42	580.815	1.078.003	31.890	-	-	1.690.708
Debêntures - IPCA	13,36	270.880	889.378	60.866	18.849	414.443	1.654.416
Finame	5,69	1.198	1.592	584	119	-	3.493
Credores pela concessão	10,60	34.287	115.187	64.885	-	-	214.359
BNDES Automático	6,53	351.829	353.266	380.347	1.209.626	1.652.220	3.947.288
Capital de giro	9,85	-	12.165	-	-	-	12.165
Leasing	0,63	-	176	-	-	-	176
Total		<u>1.239.009</u>	<u>2.449.767</u>	<u>538.572</u>	<u>1.228.594</u>	<u>2.066.663</u>	<u>7.522.605</u>

25. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

a) Demonstração do resultado por segmento

	31.12.2015				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	3.827.963	304.799	4.132.762	(304.799)	3.827.963
Custos	<u>(2.893.730)</u>	<u>(279.252)</u>	<u>(3.172.982)</u>	<u>284.752</u>	<u>(2.888.230)</u>
Lucro bruto	934.233	25.547	959.780	(20.047)	939.733
Despesas gerais e administrativas	(204.088)	(35.329)	(239.417)	23.525	(215.892)
Outras (despesas) receitas operacionais	1.805	166	1.971	7.868	9.839
Receitas financeiras	324.911	2.196	327.107	(162.369)	164.738
Despesas financeiras	(763.754)	(5.093)	(768.847)	108.989	(659.858)
Variação cambial líquida	(1)	-	(1)	(24)	(25)
Lucro operacional antes dos impostos	293.106	(12.513)	280.593	(42.058)	238.535
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(187.441)	(1.567)	(189.008)	(298)	(189.306)
Diferidos	<u>98.463</u>	<u>6.444</u>	<u>104.907</u>	<u>(4.794)</u>	<u>100.113</u>
Lucro do exercício	<u>204.128</u>	<u>(7.636)</u>	<u>196.492</u>	<u>(47.150)</u>	<u>149.342</u>
	<u>31.12.2014</u>				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	4.018.133	488.362	4.506.495	(488.362)	4.018.133
Custos	<u>(2.839.340)</u>	<u>(448.223)</u>	<u>(3.287.563)</u>	<u>475.093</u>	<u>(2.812.470)</u>
Lucro bruto	<u>1.178.793</u>	<u>40.139</u>	<u>1.218.932</u>	<u>(13.269)</u>	<u>1.205.663</u>
Despesas gerais e administrativas	(193.289)	(35.908)	(229.197)	24.097	(205.100)
Outras (despesas) receitas operacionais	807	120	927	11.041	11.968
Receitas financeiras	239.933	2.814	242.747	(115.372)	127.375
Despesas financeiras	(543.545)	(2.474)	(546.019)	95.946	(450.073)
Variação cambial líquida				324	324
Lucro operacional antes dos impostos	682.699	4.691	687.390	2.767	690.157
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(224.034)	(5.953)	(229.987)	(1.141)	(231.128)
Diferidos	<u>(1.453)</u>	<u>4.151</u>	<u>2.698</u>	<u>(4.867)</u>	<u>(2.169)</u>
Lucro do exercício	<u>457.212</u>	<u>2.889</u>	<u>460.101</u>	<u>(3.241)</u>	<u>456.860</u>

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

b) Balanços por segmento

<u>Ativos</u>	31.12.2015			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	339.404	21.763	361.167	127.362	488.529
Contas a receber	153.095	34	153.129	-	153.129
Aplicações financeiras vinculadas	154.171	-	154.171	-	154.171
Contas a receber partes relacionadas	134.041	11.555	145.596	(145.596)	-
Outros circulantes	78.083	18.674	96.757	25.778	122.535
Total circulante	858.794	52.026	910.820	7.544	918.364
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	85.872	-	85.872	-	85.872
Contas a receber partes relacionadas	1.391.395	-	1.391.395	(1.391.395)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	226.046	15.152	241.198	15.393	256.591
Outros não circulantes	115.391	1.061	116.452	14.825	131.277
Imobilizado	14.342	38.451	52.793	9.621	62.414
Intangível	8.598.918	7.022	8.605.940	21.112	8.627.052
Diferido	45.273	-	45.273	(45.273)	-
Total não circulante	10.477.237	61.686	10.538.923	(1.375.717)	9.163.206
Total dos ativos	11.336.031	113.712	11.449.743	(1.368.173)	10.081.570
Passivos					
<u>Passivos</u>	31.12.2015			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	228.262	6.234	234.496	-	234.496
Debêntures	867.749	-	867.749	859.166	1.726.915
Fornecedores	129.595	15.105	144.700	(5.309)	139.391
Obrigações sociais e fiscais	99.361	21.649	121.010	21.140	142.150
Credores pela concessão	79.765	-	79.765	-	79.765
Dividendos Propostos	-	-	-	33.270	33.270
Sinistros recebidos	3.942	-	3.942	-	3.942
Provisão Manutenção / Investimentos	230.235	-	230.235	-	230.235
Outros circulantes	273.616	12.196	285.812	(188.855)	96.957
Total circulante	1.912.525	55.184	1.967.709	719.412	2.687.121
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	2.880.761	4.927	2.885.688	-	2.885.688
Debêntures	1.340.886	-	1.340.886	198.418	1.539.304
Credores pela concessão	108.926	-	108.926	-	108.926
Provisão manutenção/investimento	520.965	-	520.965	-	520.965
Outros não circulantes	2.026.364	7.651	2.034.015	(1.939.298)	94.717
Total não circulante	6.877.902	12.578	6.890.480	(1.740.880)	5.149.600
Patrimônio líquido	2.545.604	45.950	2.591.554	(346.705)	2.244.849
Total dos passivos	11.336.031	113.712	11.449.743	(1.368.173)	10.081.570

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

<u>Ativos</u>	31.12.2014			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	1.279.341	21.594	1.300.935	109.516	1.410.451
Contas a receber	152.835	1.227	154.062	-	154.062
Aplicações financeiras vinculadas	174.377	-	174.377	-	174.377
Contas a receber partes relacionadas	107.049	-	107.049	(107.049)	-
Outros circulantes	54.099	60.279	114.378	(34.782)	79.596
Total circulante	<u>1.767.701</u>	<u>83.100</u>	<u>1.850.801</u>	<u>(32.315)</u>	<u>1.818.486</u>
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	84.860	-	84.860	-	84.860
Contas a receber partes relacionadas	1.124.251	-	1.124.251	(1.124.251)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	155.009	8.709	163.718	20.188	183.906
Outros não circulantes	48.706	542	49.248	6.213	55.461
Imobilizado	16.436	35.877	52.313	9.173	61.486
Intangível	7.380.334	5.904	7.386.238	9.391	7.395.629
Diferido	59.373	-	59.373	(59.373)	-
Total não circulante	<u>8.868.969</u>	<u>51.032</u>	<u>8.920.001</u>	<u>(1.138.659)</u>	<u>7.781.342</u>
Total dos ativos	<u>10.636.670</u>	<u>134.132</u>	<u>10.770.802</u>	<u>(1.170.974)</u>	<u>9.599.828</u>
Passivos					
<u>Passivos</u>	31.12.2014			Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
	Concessão	Construção	Total		
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	188.356	10.509	198.865	-	198.865
Debêntures	649.012	-	649.012	230.372	879.384
Fornecedores	125.281	14.778	140.059	2.809	142.868
Obrigações sociais e fiscais	106.139	27.374	133.513	16.050	149.563
Credores pela concessão	74.452	-	74.452	-	74.452
Dividendos Propostos	6.929	-	6.929	20.099	27.028
Sinistros recebidos	39.266	-	39.266	(20.919)	18.347
Provisão Manutenção / Investimentos	193.538	-	193.538	-	193.538
Outros circulantes	321.909	8.361	330.270	(256.499)	73.771
Total circulante	<u>1.704.882</u>	<u>61.022</u>	<u>1.765.904</u>	<u>(8.088)</u>	<u>1.757.816</u>
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	2.804.569	10.164	2.814.733	(97.936)	2.716.797
Debêntures	1.948.521	-	1.948.521	308.938	2.257.459
Credores pela concessão	163.048	-	163.048	-	163.048
Provisão manutenção/investimento	469.364	-	469.364	-	469.364
Outros não circulantes	1.147.882	4.360	1.152.242	(1.045.675)	106.567
Total não circulante	<u>6.533.384</u>	<u>14.524</u>	<u>6.547.908</u>	<u>(834.673)</u>	<u>5.713.235</u>
Patrimônio líquido	<u>2.398.404</u>	<u>58.586</u>	<u>2.456.990</u>	<u>(328.213)</u>	<u>2.128.777</u>
Total dos passivos	<u>10.636.670</u>	<u>134.132</u>	<u>10.770.802</u>	<u>(1.170.974)</u>	<u>9.599.828</u>

26. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de Riscos Operacionais, Riscos de Engenharia e de Responsabilidade Civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

total ou parcial das obras e bens que integram a Concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de dezembro de 2015, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização – Estaduais				
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000	
	Responsabilidade civil	18.000	25.000	21.000	25.000	
Garantia	Garantia de execução do Contrato de Concessão	98.611	135.767	163.021	127.786	
Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenização – Federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita (*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do contrato de concessão	53.951	74.369	139.652	149.007	112.420

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguros de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$62.000.

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais proveniente de autos de infração da ANTT para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Os valores dessas garantias são de R\$54.828 para a Litoral Sul e R\$1.160 para a Planalto Sul.

27. EVENTOS SUBSEQUENTESArteris

No dia 1º de fevereiro de 2016 a Arteris obteve a liberação de empréstimo externo no valor de US\$50.000 (cinquenta milhões de dólares norte-americanos), celebrado junto ao The Bank of Nova Scotia. O referido empréstimo tem prazo de vencimento para agosto de 2016 e taxas de juros de 2,2727% a.a. Para proteção da exposição da variação cambial, a Sociedade contratou também, na mesma data contrato de Swap junto ao Scotia Bank do Brasil de forma a converter a taxa de dólar para CDI+1,85% a.a. Os recursos obtidos serão destinados à execução do plano de investimentos do grupo.

Em 14 de março de 2016 a Arteris celebrou contrato de compra e venda de ações com a DBTRANS Administração de Meios de Pagamento Ltda., referente à venda da totalidade de suas ações da Serviços e Tecnologia de pagamentos S.A. (“STP”), representativas de 4,68% do capital social da STP, pelo valor de R\$191.224, estimando-se um resultado líquido de aproximadamente R\$146.000. A alienação das ações pela Sociedade à compradora foi aprovada

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

pelo Conselho de Administração da companhia, em reunião realizada nesta data, e sua conclusão financeira está condicionada ao cumprimento de determinadas condições suspensivas, usuais em operações desta natureza.

Centrovias

Conforme se depreende das notas explicativas das demonstrações financeiras, em 19 de setembro de 2014, a Centrovias obteve liminar no Tribunal de Justiça de São Paulo para reajustar integralmente suas tarifas de pedágio. O índice de reajuste aplicado foi de 6,37% e está de acordo com a variação acumulada do IPCA registrada no exercício de junho de 2013 até maio de 2014. O reajuste das tarifas ocorreu a partir da zero hora de 19 de setembro de 2014. Em 21 de março de 2016, a Centrovias foi intimada da decisão de 1ª instância, que julgou improcedente a referida ação, revogando-se a liminar concedida, sendo que, às zero horas do dia 22 de março 2016, a Centrovias passou a cobrar a tarifa de pedágio, sem o reajuste total relativo ao exercício de junho de 2013 à maio de 2014. A Centrovias vai recorrer da referida decisão

Fluminense

A Fluminense aprovou a emissão, pela Companhia, de 3.500 (três mil e quinhentas) debêntures nominativas e não conversíveis, da espécie subordinada, todas com valor nominal unitário R\$ 10.000,00 (dez mil reais), totalizando o valor R\$ 35.000.000,00 (trinta e cinco milhões de reais), remuneradas a 100% da variação do CDI e com uma sobretaxa (spread) de 1,5% e vencimento previsto para 19/10/2017.

Aumentos de capital

Abaixo relação dos aumentos de capital ocorridos nas concessionárias do grupo:

Data	Aprovação	Concessionária	Ações emitidas	Valor
05.01.2016	AGE	Planalto Sul	6.540.222	5.000
05.01.2016	AGE	Litoral Sul	4.167.000	5.000
05.02.2016	AGE	Planalto Sul	6.596.306	5.000
07.03.2016	AGE	Planalto Sul	4.000.000	3.000
20.01.2016	AGE	Planalto Sul	10.624.670	8.000
20.01.2016	AGE	Regis Bittencourt	14.827.018	36.000
22.02.2016	AGE	Planalto Sul	16.216.216	12.000
20.01.2016	AGE	Fernão Dias	14.476.684	11.000
22.02.2016	AGE	Fernão Dias	6.720.430	5.000
21.03.2016	AGE	Fernão Dias	<u>16.000.000</u>	<u>12.000</u>
			<u>100.168.546</u>	<u>102.000</u>

28. FATOS RELEVANTES

Conforme informado na nota explicativa nº 1, a Sociedade vem passando por um processo de OPA. No dia 7 de março de 2016, a Sociedade recebeu ofício da CVM datado de 4 de março de 2016, a qual deliberou sobre a necessidade do laudo de avaliação das ações de emissão da Sociedade, elaborado pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A. ("BNP Paribas"), contemplar o

Notas Explicativas

Arteris S.A. e Controladas

cálculo objetivo do valor atribuído às possibilidades de renovação e/ou inclusão de novas concessões ao portfólio de negócios da Sociedade.

Em 21 de março a Sociedade recebeu uma versão revisada do laudo de avaliação das ações pelo seu valor econômico, elaborado pelo BNP Paribas, instituição especializada escolhida por acionistas representantes das ações em circulação no âmbito da OPA. A versão revisada do Laudo de Avaliação contempla ajustes necessários em cumprimento ao ofício da CVM.

De acordo com a versão revisada do Laudo de Avaliação, o BNP Paribas avaliou o valor econômico das ações de emissão da Sociedade no intervalo entre R\$ 8,86 e R\$ 9,58 por ação, que corresponde a um intervalo de valores superior ao que constava da versão original do laudo de avaliação, divulgada ao mercado por meio do fato relevante em 22 de setembro de 2015.

Nessa mesma data, a Sociedade para fins de cancelamento de registro de companhia aberta na categoria A e conversão para categoria B, comunicou aos seus acionistas e ao mercado em geral que foi informada de que a ofertante, Partícipes em Brasil II S.L., tomou conhecimento da versão revisada do laudo de avaliação das ações de emissão da Sociedade elaborado pelo BNP Paribas e dará prosseguimento normal à realização da OPA, de acordo com seus termos e condições já divulgados ao mercado.

Em 23 de março de 2016 a Companhia comunicou através de fato relevante, a seus acionistas e ao mercado em geral, que tendo em vista a divulgação de uma versão revisada do laudo de avaliação das ações de emissão da Companhia pelo seu valor econômico, deu-se o prazo de quinze dias para que os acionistas detentores de, pelo menos, 10% das ações em circulação no mercado possam requerer a convocação de Assembleia Especial para deliberar sobre a realização de nova avaliação da Companhia. Este prazo passou a ser recontado a partir de 22 de março de 2016.

PROPOSTA DE ORÇAMENTO DE CAPITAL PARA O ANO DE 2016

O Conselho de Administração da Companhia, com base no artigo 196 da Lei nº 6.404/76, submete à apreciação Vossas Senhorias, para deliberação na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2016, proposta de orçamento de capital para o exercício de 2016 conforme demonstrado na tabela a seguir:

Orçamento de Capital 2016

Estimativa do Fluxo de Caixa ano 2016	2016 (Base) Em milhões de Reais
Caixa Inicial	489
Fluxo de caixa gerado pelas operações após imposto de renda	1.316
Disposições de financiamentos (contratados e em negociação) e receitas financeiras menos amortizações de financiamentos e pagamentos de despesas financeiras	(356)
Outros recursos próprios e/ou de terceiros	1.609
Pagamento de dividendos AGO	(33)
Caixa Disponível para Investimentos	3.025
Investimentos previstos nas concessões	(2.219)
Outros investimentos em projetos e equipamentos	(11)
Saldo de Caixa Final	796

Adicionalmente, a Companhia prevê investir recursos da ordem de R\$ 6,8 bilhões durante todo o período de concessão. Estes investimentos em ativos imobilizados e intangíveis contemplam a construção, melhoria e manutenção dos trechos de rodovias administrados, em linha com o plano de investimento de longo prazo da Companhia e às exigências legais de seus contratos de concessão.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Arteris S.A.

São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arteris S.A. e controladas ("Sociedade"), que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras

com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro.

Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Arteris S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB" e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Arteris S.A., diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras individuais, somente no que se refere à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa opinião não está ressalvada em virtude deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, preparadas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para sociedades abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, com base em nossa auditoria, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, preparados originalmente antes das reclassificações efetuadas nas demonstrações do fluxo de caixa consolidado descritos na nota explicativa nº 5, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores, que emitiram relatório de auditoria contendo parágrafo de ênfase quanto às demonstrações financeiras individuais terem sido elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que, no caso da Arteris S.A., diferiam das IFRS somente no que se refere à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, que vem sendo amortizado, existente em 31 de dezembro de 2009, com data de 25 de fevereiro de 2015. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2015, examinamos também as reclassificações descritos na nota explicativa nº 5 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2014. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício de 2014 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguaração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2014 tomadas em conjunto.

Campinas, 29 de março de 2016

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Edgar Jabbour

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 156465/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada nesta data, às 12:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da ARTERIS S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após exame dos documentos e propostas da Administração submetidos a sua análise nesta data, e considerando o parecer sem ressalva emitido pelos auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, por unanimidade opina favoravelmente à aprovação em Assembleia Geral Ordinária da Companhia, a ser realizada em 29 de abril de 2016, e com base no Relatório da Administração e das Demonstrações Financeiras relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 (tais documentos foram autenticados pela mesa e arquivados na Companhia como Docs. nº 1, 2 e 3, respectivamente), da destinação do lucro líquido do exercício, no valor de R\$ 140.085.258,38 (cento e quarenta milhões, oitenta e cinco mil, duzentos e cinquenta e oito reais e trinta e oito centavos), sendo (i) R\$ 7.004.262,91 (sete milhões, quatro mil, duzentos e sessenta e dois reais e noventa e um centavos) equivalente a 5% do lucro líquido do exercício, destinado à reserva legal, nos termos da lei e do Estatuto Social da Companhia; (ii) R\$ 33.270.248,87 (trinta e três milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e quarenta e oito reais e oitenta e sete centavos), equivalente a 25% do lucro líquido do exercício, para distribuição de dividendos obrigatórios referentes à 2015, conforme Artigo 22 do Estatuto Social da Companhia; (iii) R\$ 99.810.746,60 (noventa e nove milhões, oitocentos e dez mil, setecentos e quarenta e seis reais e sessenta centavos) destinados à reserva de lucro para fazer face ao orçamento de capital devidamente preparado pela Diretoria, o qual foi submetido à apreciação e aprovado por este Conselho Fiscal da Companhia e deverá ser submetido e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos do artigo 196 da Lei 6.404/76. No entanto, caso sejam aprovadas, sem ressalvas, as destinações ora propostas, o valor das reservas de lucros ultrapassará o valor do capital social, ficando em desacordo com o limite previsto no artigo 199 da Lei 6.404/76. Por tal razão, os conselheiros recomendam também a capitalização de parte do saldo das reservas que vier a exceder o capital social da companhia, no montante estimado de R\$ 49.905.373,30 (quarenta e nove milhões, novecentos e cinco mil, trezentos e setenta e três reais e trinta centavos).

São Paulo, 28 de março de 2016.

Evelyn Joerg (por Isacson Casiuch)

Conselheira

Domingos Aparecido Maia

Conselheiro

Isacson Casiuch

Conselheiro suplente

Luiz Gustavo Rodrigues Pereira

Conselheiro suplente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

David Antonio Díaz Almazán

Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia

Diretor Vice Presidente Administrativo Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Angelo Luiz Lodi

Diretor

Paulo Pacheco Fernandes

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015.

David Antonio Díaz Almazán

Diretor Presidente

Felipe Ezquerria Plasencia

Diretor Vice Presidente Administrativo Financeiro

Alessandro Scotoni Levy

Diretor de Relações com Investidores

Maria de Castro Michielin

Diretora Jurídica

Angelo Luiz Lodi

Diretor

Paulo Pacheco Fernandes

Diretor